CENTRO UNIVERSITÁRIO UNICARIOCA
MESTRADO PROFISSIONAL EM NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

Renato Guimarães Rodrigues

PROMOVENDO O VÍNCULO SOCIAL IDENTITÁRIO E COOPERATIVO ATRAVÉS DA ARTE DE MALABARES

Rio de Janeiro

2021

Renato Guimarães Rodrigues

Promovendo o vínculo social identitário e cooperativo através da Arte de Malabares

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Novas Tecnologias Digitais na Educação do Centro Universitário UniCarioca como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Mestre em Novas Tecnologias Digitais na Educação.

Orientadores:
Professor: Alessandro Jatobá, Dsc.

Professora: Verônica Eloi de Almeida, Dsc.

Rio de Janeiro

2021

RENATO GUIMARÃES RODRIGUES

PROMOVENDO O VÍNCULO SOCIAL IDENTITÁRIO E COOPERATIVO ATRAVÉS DA ARTE DE MALABARES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Novas Tecnologias Digitais na Educação do Centro Universitário UniCarioca como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Mestre em Novas Tecnologias Digitais na Educação.

A Presidente da Banca, abaixo assinado, atesta que os membros da banca participaram de forma remota desta defesa de dissertação.

Examinado por:

Verônica Eloi de Almeida

Profa. D. Sc. Verônica Eloi de Almeida (UniCarioca)

Presidente da Comissão Examinadora

Profa. D. Sc. Rosa Lidice de Moraes Valim (UniCarioca)

Profa. D. Sc. Lia Mara Rossi (FCMSCSP / FMJ)

Prof. D. Sc. Tulio Campos (UFMG)

Rio de Janeiro

2021

R696p Rodrigues, Renato Guimarães
Promovendo o vínculo social identitário e cooperativo através da arte de malabares / Renato Guimarães Rodrigues. – Rio de Janeiro, 2021.
82 f.

Orientadores: Alessandro Jatobá e Verônica Eloi de Almeida
Dissertação (Mestrado Profissional em Novas Tecnologias Digitais na Educação) - Centro Universitário UniCarioca, Rio de Janeiro, 2021.

1.Direitos humanos. 2. Educação. 3. Educação não escolar. 4. emancipação social 5. Trabalho infantil. 6. Malabares. I. Jatobá, Alessandro, prof. orient. II. Almeida, Verônica Eloi de, prof. Orient. III. Título.

CDD 341.12191

Aos que perseveram em busca da equidade social,
Aos que estimulam a tolerância e o debate de ideias,
Aos que colocam a ética e a moral acima de tudo.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho de pesquisa nasce de uma inquietação que vem aflorando com o passar do tempo. Meu inconformismo se deve ao fato da normalização da sociedade diante do problema dos jovens trabalhadores das ruas, que só cresce.

Nas minhas saídas da Unicarioca para almoçar, notava pessoas mendigando às margens do canal da Avenida Paulo de Frontin, com os transeuntes (como eu) caminhando por cima desses indivíduos de forma normalizada. Como foi possível chegarmos a um estágio como esse? Se não fizermos nada que transforme de forma sustentável as vidas dos meninos e meninas que trabalham e vivem nas ruas, possivelmente, em um futuro breve, serão os próximos moradores das margens do canal da Paulo de Frontin.

Dito isso, agradeço a minha esposa e companheira Flavia de Almeida Monteiro, docente exemplar servindo há mais de 20 anos o ensino público, por compactuar com minhas ideias e me trazer para a realidade sobre as dificuldades que enfrentaria (e continuarei enfrentando) para implementação de meu projeto de pesquisa.

Agradeço ao meu especialíssimo e único filho Felipe Guimarães, por me ensinar a cuidar das pessoas, a ter compaixão e, acima de tudo, mostrar que as maiores conquistas da vida não veem das coisas materiais. Não precisamos "ter" muito para "sermos" muito felizes.

Aos meus orientadores, pessoas extremamente capazes e inclusivas, que desempenham seu papel de educadores com maestria, Veronica Elói e Alessandro Jatobá, que me estimularam a não produzir apenas mais uma dissertação de mestrado, mas que, a partir dessa pesquisa, pudéssemos desenvolver, através da tecnologia social e educação não escolar, algo que ajudasse na capacitação e formação de jovens adolescentes, para que criem autonomia e possam trilhar sua jornada, ainda que árdua, de emancipação.

E, finalmente, agradeço a Lia Rossi, Tulio Campos, José Alfredo Debortoli, pela parceria e expertise sobre o tema; ao meu amigo André Machado, pelo exemplo de perseverança que me inspira e por todo seu incentivo; à Ana Paula Santos, pelas conversas e observações realizadas durante nossas viagens de metrô; à Monique Queiroz e Kelly Marinho, colegas queridas de sala, pela disponibilidade e atenção; aos professores do Mestrado e demais amigos e colegas que participaram de alguma forma dessa pesquisa, pela parceria, por terem dedicado tempo para contribuírem com esse trabalho, e que seguramente me fizeram enxergar o problema de pesquisa sobre uma outra ótica, daí a riqueza na diversidade de ideias que me deram inspiração para poder ter chegado até aqui e crescido como ser humano diante de tanto aprendizado adquirido.

“É muito mais difícil lutar contra a irrelevância do que contra a exploração”

*(*HARARI, Yuval Noah, 2018)

RESUMO

Apesar das diversas políticas públicas que legislam sobre os direitos humanos, a vida e trabalho nas ruas de crianças e adolescentes vem se perpetuando sem perspectiva de solução estrutural. Essa dissertação abordou uma visão holística sobre os fatores que determinam que esses jovens trabalhem e, algumas vezes, vivam nas ruas em situações de extrema dificuldade social. O objetivo geral desse trabalho foi o de buscar caminhos de transformação das vidas dessas pessoas, com base em tecnologias sociais, para que, a médio e longo prazo, seja possível encontrar o equilíbrio das políticas públicas existentes e da educação e prática dos direitos humanos. Essa pesquisa sugere a formação de artistas circenses malabaristas, para que jovens que hoje trabalham nos sinais de trânsito, possam encontrar um outro caminho através de espaços não escolares onde aprimorem e multipliquem, em suas comunidades, as habilidades já adquiridas nas ruas, além de obter novas, até atingirem e emancipação e autonomia. Foram realizadas entrevistas não estruturadas com o terceiro setor, ancoradas por revisão sistemática da literatura de autores clássicos e estado da arte como Adorno, Freire, Bauman, Perrenoud, Harari, Moran, Candau, Rizzini, Andrade, dentre tantos outros; sobre temas como educação em direitos humanos, pensamento emancipador, trabalho nas ruas versus capacitação nas ruas, o papel da mídia dominante na sociedade e, finalmente, a educação não escolar, porém, não foram encontradas evidências que comprovem que as políticas públicas atuais sejam suficientes para a retirada sustentável dos trabalhadores infantis das ruas. Concluiu-se então, ser necessário o enfrentamento da situação de trabalho nas ruas, ou seja, que haja antes uma formação social e profissional “nas ruas” adequada à necessidade imediata desses indivíduos para que, posteriormente, se busque a transformação coletiva e sustentável da consciência daquele grupo.

Palavras-chave: Direitos humanos; Educação; Educação não escolar; Emancipação social; Trabalho infantil; Malabares.

ABSTRACT

Despite the various public policies that legislate on human rights, life and work on the streets of children and adolescents has been perpetuating itself without the prospect of a structural solution. This dissertation approached a holistic view on the factors that determine that these young people work and, sometimes, live on the streets in situations of extreme social difficulty. The general objective of this work was to seek ways of transforming the lives of these people, based on social technologies, so that, in the medium and long term, it is possible to find the balance of the existing public policies and of the education and practice of human rights. This research suggests the training of juggling circus artists, so that young people who today work on traffic signals can find another way through non-school spaces where they improve and multiply, in their communities, the skills already acquired on the streets, in addition to obtaining new, until they reach emancipation and autonomy. Unstructured interviews were conducted with the third sector, anchored by a systematic review of the literature of classic authors and state of the art such as Adorno, Freire, Bauman, Perrenoud, Harari, Moran, Candau, Rizzini, Andrade, among many others; on topics such as human rights education, empowerment of emancipatory thinking, work on the streets versus training on the streets, the role of the dominant media in society and, finally, non-school education, however, no evidence was found to prove that current public policies sufficient for the sustainable removal of child workers from the streets. It was concluded, then, that it is necessary to face the situation of work on the streets, that is, that there should be a social and professional training “on the streets” adequate to the immediate need of these individuals so that, subsequently, the collective and sustainable transformation of the community is sought. that group's conscience

Keywords: Human rights. Education; Non-school education; Social emancipation; Child labor; Jugglers

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 15
1.1 Inquietação 16
1.2 Caracterização do Problema 17
2 OBJETIVO 23
2.1 Objetivo Geral 23
2.2 Objetivos Específicos 23
3 METODOLOGIA 24
3.1 Desenho da Pesquisa 24
3.2 Fundamentação da Pesquisa 25
3.3 Riscos 27
3.4 Benefícios 27
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO 29
4.1 Etapa 1: Estudos preliminares 29
4.2 Etapa 2: Revisão sistemática da literatura 32
4.2.1 Os direitos humanos e a educação como direito social 34
4.2.2 Empoderamento ou descoberta de potenciais? 36
4.2.3 Indústria cultural e os riscos do pensamento dominante na sociedade 37
4.2.4 Trabalho infantil nos sinais de trânsito: exploração ou necessidade? 40
4.2.5 A relevância da educação não-escolar e da aprendizagem colaborativa 46
4.3 Etapa 3: Buscar informações através de iniciativas do terceiro setor 52
4.4 Etapa 4: Analisar as habilidades a serem desenvolvidas 59
4.5 Etapa 5: Elaborar método de tecnologia social 61
4.6 Etapa 6: Avaliar a aderência e o conteúdo do método desenvolvido 65
4.7 Etapa 7: Planejar e aprovar projeto piloto 66
5 CONCLUSÃO 71
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 75
APÊNDICE 1 82

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Malabarista ou pedinte?.....31
Figura 2: O projeto cultural Lona Protetora.....59
Figura 3: A construção coletiva.....65
Figura 4: Cronograma do projeto piloto.....69
Figura 5: Malabarista ou pedinte?.....70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Pontos fortes e fracos dos jovens trabalhadores dos sinais de trânsito.....30
Quadro 2: Definição dos critérios de seleção dos artigos científicos.....33
Quadro 3: Comparação entre educação formal, educação não formal e educação informal.....50
Quadro 4: Resultados das entrevistas com o terceiro setor.....54
Quadro 5: Prioridades levantadas nas entrevistas.....58
Quadro 6: Planejamento do projeto piloto.....66
Quadro 7: Orçamento para primeira fase do projeto piloto.....69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Idade mínima para o trabalho infantil.....42
Tabela 2: Renda per capita familiar.....43
Tabela 3: Rendimento do trabalho infantil.....43
Tabela 4: Números gerais do trabalho infantil.....43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EI - Educação Informal

ENE - Educação Não Escolar

ENF - Educação Não Formal

ESR - Educação Social de Rua

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PDCA - P*lan, Do, Check, Act*

PETI - Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNEDH - Plano Nacional de Educação em Direitos Humano

PPA - Pesquisa Participativa Ativa

RF - Educação Formal

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

1 INTRODUÇÃO

Essa dissertação pretende ter um olhar sensível à conjuntura social dos jovens em situação de rua e trabalho precário, contexto esse amplamente explorado no decorrer do capítulo 1 desse trabalho. O objetivo geral desse trabalho, especificado no capitulo 2, foi o de buscar caminhos de transformação das vidas dessas pessoas, com base em tecnologias sociais, para que a médio e longo prazo, seja possível encontrar o equilíbrio das políticas públicas existentes e da educação e prática dos direitos humanos, ou seja, permitindo assim o direito à participação social cidadã e a proteção contra constrangimentos que porventura possam ocorrer a esse grupo de indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Em uma breve análise de dados obtidos através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2015, constatamos que 84% (2.3 milhões) dos trabalhadores infantis estão entre 14 a 17 anos, faixa etária essa, objeto desse trabalho de pesquisa. Destes trabalhadores, apenas 17,6% (~400 mil) tem trabalho formal. Entre 10 a 17 anos, 1.7 milhões frequentam a escola, o que representa 75% dos jovens trabalhadores nessa faixa. A evasão escolar é maior quanto maior é a faixa etária (>17 anos). Por fim, 74% (1.67 milhões) estão no trabalho urbano, sendo que na região sudeste esse percentual é ainda maior (83%). Importante salientar que os dados do PNAD têm limitações quanto à abrangência do trabalho informal praticado nas ruas, podendo haver distorções para baixo desses números.

Durante essa pesquisa, cujo arcabouço metodológico se encontra descrito no capítulo 3, foi observada a rotina dos jovens malabaristas de bolinhas dos sinais de trânsito onde, infelizmente, se pode constatar que vivemos em uma sociedade normalizada para tal cenário, onde a invisibilidade social está instalada.

No capítulo 4, destinado a revisão sistemática da literatura de autores diversos que se dedicam ao estudo do tema em questão, identificou-se, com base nos estudos desses autores, as principais causas raiz do crescimento do trabalho infantil e aumento da evasão escolar quando os jovens se aproximam na maioridade em busca do primeiro emprego formal. Ainda no capítulo 4, esse trabalho propôs uma solução de tecnologia social, através da educação não escolar, para que possa ser suprida, a curto prazo, parte da lacuna da invisibilidade existente e falta de perspectiva profissional desses cidadãos, solução essa corroborada por especialistas do terceiro setor.

Finalmente, na conclusão transcrita no capítulo 5 dessa dissertação, acredita-se que o método de tecnologia social produzido por esse trabalho, auxiliara na geração de uma maior

visibilidade social para esses jovens, onde possam ter suas habilidades reconhecidas, criando identidades, e encorajando-se para a busca contínua das soluções de seus próprios dilemas.

1.1 **Inquietação**

Sou um inconformado com o crescimento exponencial dos adolescentes nos sinais de trânsito, jogando bolinhas para o alto para arrecadar algum dinheiro, com a percepção de uma sociedade normalizada para tal cenário.

Segundo Gentili e Alencar (2003), a exclusão se normaliza e, quando isso acontece, acaba se naturalizando. Deixa de ser um problema para ser apenas um dado. Um dado que, em sua trivialidade, faz com que nos acostumemos com sua presença.

Moro na Barra da Tijuca, bairro de classe média alta no Rio de Janeiro, cercado por mansões e carros ostentosos. Nos cruzamentos da Av. das Americas, por toda sua extensão, são vistos diariamente dezenas de crianças e adolescentes, sejam eles malabares de bolinhas, vendedores de balas ou afins, negociando com os motoristas que ali param por alguns segundos. Os motoristas por sua vez têm reações distintas: alguns desaceleram o carro (como eu por exemplo) para deixar o sinal abrir, outros fingem que estão vendo o celular para desviar o olhar, alguns simplesmente ignoram, outros dão alguma moeda e uma minoria abre o vidro para uma conversa rápida, ou seja, sentimentos paradoxais de medo e piedade.

Laville e Dionne (1999) ponderam que a observação se revela certamente como um privilegiado modo de contato com o real: é observando que nos situamos, orientamos nossos deslocamentos, reconhecemos pessoas, emitimos juízos sobre elas. Resolvi então passar a observar com mais detalhes todo o processo de performance a abordagem dos jovens malabares de bolinhas dos sinais de trânsito.

> Nos sinais de trânsito da Avenida Tiradentes, próximos da Estação Armênia do metrô, região central da cidade de São Paulo, meninos e meninas se reúnem aos fins de semana para fazer malabares. Mas não são apenas malabaristas. Com tinta no rosto e fantasiados de palhaços, tornam-se o colorido na cidade cinza. No concreto, a pintura grita. É a busca pela visibilidade, a forma encontrada para dizer: “Olha, gente! Estou aqui!”. Um silencioso pedido de socorro, quase inconsciente (REDE PETECA, 2016)

Em minhas observações, notei que há comportamentos bastantes distintos entre eles: alguns tentam algo diferente para atrair a atenção do público, como se pintar ou se vestir de palhaço, outros giram o corpo levantando a camisa para mostrar que são da paz e não estão armados, alguns poucos, após arrecadar os trocados com o malabarismo das bolinhas, investem na compra de caixas de bala, outros compram roupas para finalmente a maior parte deles mantém o *status quo*, ou seja, fazendo a mesma atividade todos os dias sem expectativa de mudanças.

Para fazer esta pesquisa, assisti ao documentário Lixo Extraordinário (Walker, 2010) que tratava da vida dos trabalhadores no Aterro Sanitário de Jardim Gramacho, no município de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, onde 50% da população sobrevivia de reciclagem, sem saneamento básico, com as pessoas morando em barracos de madeira e papelão e em palafita. Uma das falas de Vik Muniz, protagonista do documentário, supõe que: “Muitas pessoas de classe média baixa que conseguiram ter uma vida melhor como ele, poderiam por algum infortúnio da vida estar vivendo em condições de vida similares a daquelas pessoas (...)”

Refletindo sobre meu início de vida percebo que meu ciclo poderia ter tomado um rumo diferente, já que cresci vivendo em família de classe média (pai balconista e mãe professora primária sem bens ou heranças), que enfrentou dificuldades financeiras em alguns momentos. A única diferença é que eu não era um ser invisível na sociedade, talvez pela minha cor de pele e endereço, além de ter perseverado muito para chegar onde cheguei. Dessa forma, me solidarizo aos que hoje ainda não tiveram as mesmas oportunidades ou “sorte”. A primeira conquista que compartilharia baseado em minha experiência de vida é não se sentir diminuído ou invisível. É necessário elevar a autoestima e lutar para se fazer escutado e acreditado, superando a vontade de desistir quando ela porventura surgir.

Em outro trecho do documentário Lixo Extraordinário (2010), Muniz cita que, em suas experiências com o fazer artes em projetos sociais, a principal conquista é tirar as pessoas, nem que por poucos minutos, do lugar onde eles estão e mostrar a essas pessoas um outro mundo, um outro lugar, pois isso pode mudar tudo. Podemos mudar os indivíduos? Qual seria o seu efeito? Os desafios são grandes: entender se as pessoas estão abertas para tentar a mudança, se estão dispostas a aprender a pensar diferente, a seguir tentando algo melhor para não se conformar com o seu *status quo*. Muniz (2010) enfatiza ainda que é preciso estar próximo para notar o valor do seu humano, perceber o apetite para a mudança e se colocar no lugar do outro, demonstrando empatia pois a percepção à primeira vista, em uma visão estereotipada e distante fisicamente, é de que tudo parece ruim, sem solução e normalizado.

1.2 **Caracterização do Problema**

O problema discutido nesse trabalho surgiu principalmente dos temas: trabalho infantil, direitos humanos e vida nas ruas. Considerando a abrangência, complexidade e interdisciplinaridade desse problema de pesquisa, utilizamos estudos relacionados a Antropologia, Sociologia, Educação, Pedagogia, Psicologia, Filosofia e Tecnologia, para debater e propor soluções aderentes ao público objeto desse estudo. Essa relação e integração entre várias áreas de estudo permitiu “compreender que o sujeito é constituído com o outro e

no contexto. “A antropologia tem uma contribuição específica para a compreensão do fenômeno urbano, mais especificamente para a pesquisa da dinâmica cultural e das formas de sociabilidade nas grandes cidades contemporâneas” (MAGNANI, 2003, p. 83), além de reforçar a importância da cultura, a necessidade de ser inclusivo com a diversidade, e de compreender o outro e o meio em que está inserido.

Ainda no âmbito da |Antropologia percebe-se que o problema da “criança sem infância no Brasil” já é histórico, como muito bem retratado no texto de Martins (1993) a seguir:

> “O tema da criança abandonada aponta um problema social, uma “doença” da sociedade. Já o tema da criança sem infância indica um problema sociológico, uma mutação da sociedade, assumida pela expansão capitalista, que se manifesta como problema social, mas que é, também, um problema político. A concepção de criança sem infância fala melhor sobre o que está acontecendo com as crianças no Brasil e de outros países do chamado Terceiro Mundo....a infância está sendo transformada em sucata... já que o tempo de ser criança está sendo ocupado pelo trabalho exploratório... fato esse que bota a sociedade inteira em perigo, porque lança gerações inteiras, prematuramente, num modo de vida adulto, sem condições de viabilizar um projeto social que, através da socialização dos imaturos, assegure às gerações do futuro melhores conquistas sociais, morais e políticas....” (MARTINS, 1993, p.13-14)

E a situação vem se agravando com o passar do tempo. Basta notarmos o momento atual do País, que vive hoje em dia uma polarização entre o certo e o errado, o meu e o seu em detrimento do nosso, sem convergência para um cenário conciliador que construa uma nação mais igualitária e inclusiva. Somos uma sociedade, em grande parte, egoísta que pouco se preocupa com o próximo. Não nos envergonhamos por “ter” e ao nosso lado ver o outro vivendo em total miséria. Muitos vivem para ter e não para ser. Esse comportamento está se tornando normalizado: o rico é o rico e o pobre é o pobre, como pode ser evidenciado na fala de Freire a seguir:

> Nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a virar “quase natural”. Frases como: “a realidade é assim mesma, o que podemos fazer”? Ou: “o desemprego no mundo é uma fatalidade do fim do século”, expressam bem o fatalismo desta ideologia e sua indiscutível vontade imobilizadora (FREIRE, 2019, p.21).

Mas qual o nosso papel enquanto cidadão ao vivenciarmos e constatarmos na prática a fala de Freire? Precisamos antes de tudo entender o que diz as leis e diretrizes que versam sobre os direitos humanos e o direito à educação:

A Constituição Federal (1988, p.11) traz em seu Art.1º: “A República Federativa do Brasil (...), constitui-se em Estado Democrático de Direito, e tem como um de seus fundamentos: (...) III - A dignidade da pessoa humana” e em seu Art. 3º: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:” I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária; (...) III - Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e

regionais.” Já em seu Art. 4º salienta que: “A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios (...); II - Prevalência dos Direitos Humanos”.

Referenciando o Art.1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (2009, p.4): “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.”

De volta a Constituição Federal (1988, p.18) em seu Art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

Mais especificamente com relação à educação encontramos o Art. 205 da Constituição Federal (1988, p.123): “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Finalmente o Art. 227 da Constituição Federal (1988, p.132) estabelece: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito (...) à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

Ainda no âmbito do direito à educação, as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (2013) reforçam que uma escola verdadeiramente cidadã deve apresentar-se à sociedade com projetos de transformação da realidade, que é adversa à dignidade da pessoa humana. Vejamos a seguir:

> (...) A Educação em Direitos Humanos concebe uma escola viva e dinâmica, com práticas educacionais que estimulem a participação de toda a comunidade escolar em seu destino e que legitimem processos participativos. Assim como por acreditarmos ser necessário estar em sintonia com uma educação dialógica como um meio para a construção da cidadania, viabilizando um trabalho “com” os envolvidos e não somente “sobre” eles (...). Os processos educativos, ao mesmo tempo em que tornam possível às pessoas e aos grupos que deles participam se afirmarem desde o lugar onde atuam, e a partir do qual constroem sua visão do mundo, tornam possível também, sua inserção na sociedade como agentes de mudança. (BRASIL, 2013).

Nota-se, portanto, a relevância de se pôr em prática os direitos humanos em detrimento apenas da teoria, princípio esse reverberado pela Declaração de Salamanca (1994), em seu capítulo B, parágrafo 28 conforme descrito a seguir:

> A aquisição de conhecimento não é somente uma questão de instrução formal e teórica. O conteúdo da educação deveria ser voltado a padrões superiores e às necessidades dos indivíduos com o objetivo de torná-los aptos a participar totalmente no desenvolvimento. O ensino deveria ser relacionado às experiências dos alunos e a preocupações práticas no sentido de melhor motivá-los. (NAÇÕES UNIDAS, 1994)

Concluiu-se que, apesar das leis fundamentarem o direito do indivíduo à cidadania e a condições básicas de inclusão social provenientes da oportunidade a educação, moradia digna e trabalho, na prática isso não é observado, ou seja, não há equidade para esses direitos mínimos, tendo o Estado capacidade insuficiente de fiscalizar e intervir.

Percebeu-se nos textos destacados acima extraídos de leis, diretrizes e convenções, ratificado por Andrade (2013), que muito tem se feito para aprimorar as bases teóricas dos direitos humanos, mas o resultado prático ainda é insuficiente, ou seja, não deve-se limitar a aprendizagem dos direitos humanos a simples informação sobre tratados e convenções. Para evidenciar tal argumentação analisemos os dados a seguir:

> Só em um dia, a prefeitura identificou perto de 800 casos de trabalho infantil nas ruas do Rio (...). Dos casos identificados, foi possível realizar entrevistas com 428 crianças e adolescentes. Destes, 53% tinham como motivação a necessidade de ajudar na economia familiar. Três quartos eram meninos, a maior parte (57%) tinha de 12 a 17 anos, eram pretos ou pardos (41% e 43%) e morava na própria capital (89%). (Jornal O Globo, 2018)

Como forma de alavancar e acelerar a pratica de direitos humanos, Rizzini e Barker (2000) sugerem a criação de programas de bases de apoio comunitárias que ofereçam a crianças e adolescentes segurança, relacionamentos afetivos, oportunidades para o desenvolvimento de habilidades, amizades e autoconfiança; bem como atividades e serviços que contribuam para o seu desenvolvimento cognitivo, social, criativo cultural, vocacional e emocional. Os autores esclarecem, entretanto, não se esperar que a mera implementação de programas comunitários voltados para crianças e adolescentes no Brasil produzirá o efeito de acabar com os sistemas de exclusão e pobreza existentes. É preciso evitar a ideia simplista de que ao elaborar e replicar modelos programáticos para resolver problemas sociais iremos, de fato, resolvê-los em sua origem. Os autores ressaltam ainda que o modelo de bases de apoio, pressupõe envolvimento comunitário e familiar, representando um avanço positivo na direção da prevenção dos problemas existentes. No entanto, um programa comunitário, complementar à escola talvez não tenha por si só este tipo de alcance. Para a maioria das crianças que vive em comunidades de baixa renda, as causas determinantes do fracasso escolar, dos problemas familiares, da violência e do abandono são profundas e estruturais. O risco é de que se deposite nestes programas a responsabilidade de resolver problemas que estejam fora de seu alcance. Mesmo assim, os autores acreditam não terem dúvidas, com base em seus estudos, de que muitas crianças jamais teriam partido para as ruas ou se envolvido em tantas situações adversas ao seu desenvolvimento se suas famílias tivessem encontrado suporte local. Um envolvimento mais igualitário e positivo das crianças e das famílias de diferentes classes sociais contribuiria, em

tese, para modificar, aos poucos, suas visões de mundo assim como as perspectivas de mundo de seus filhos.

Dado o exposto acima, é importante não apenas pensarmos na educação como direito humano, mas também a exercitá-la, através da educação não escolar, com práticas voltadas ao contexto de vida de cada um desses jovens, aproximando as diferentes classes sociais e criando empatia e vínculos entre os diversos indivíduos. Dessa forma, se construiria uma sociedade ativa e participativa, descobrindo os potenciais dos indivíduos e dos grupos "ocultos", além de promover o processo de desnaturalização e desconstrução dos estereótipos e preconceitos que estão enraizados no imaginário da população privilegiada com relação a própria concepção de direitos humanos.

Esta pesquisa parte do pressuposto de que a educação é um direito humano, ou seja, diferente de outros animais, o homem precisa ser socializado, educado para viver no mundo. Este direito está fundamentado nas leis, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em especial no artigo 26, que afirma que: "toda pessoa tem direito à educação", na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e nos artigos da Constituição Federal que tratam do acesso e permanência no ensino formal. (ANDRADE, 2008, p. 52).

A educação formal e a não formal nos humanizam e nos adaptam ao mundo. "Ninguém nasce pronto e acabado como ser humano" afirma Andrade (2008) e com Freire (2019), observamos que o ser humano justamente por ser inacabado está sempre chamado a ser mais. Daí a importância de se pensar sobre a educação em um papel protagonista de transformador social.

Para reforçar a importância desse trabalho de pesquisa, mais recentemente a Organização das Nações Unidas (ONU) reuniu representantes de mais de 150 países, entre os dias 24 e 27 de Setembro de 2019, em sua 74ª sessão da Assembleia Geral, para discutir e adotar uma nova agenda de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que devem ser implementados por todos os países do mundo durante os próximos 15 anos, até 2030. Dentre as prioridades debatidas e acordadas destacamos: a) assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos e: b) reduzir a desigualdade dentro dos países. Tentaremos, a partir desse projeto, contribuir com esses objetivos.

Um dos grupos com ocultamento social, onde os direitos humanos citados anteriormente são nunca (ou quase nunca) percebidos, refere-se ao dos jovens trabalhadores dos sinais de trânsito. Vários estudos, que veremos em detalhe mais adiante, corroboram esse problema.

Como destaques podemos citar os dois estudos publicados por Campos e Marques (2010-2011), que tratam sobre o trabalho infantil, espaço urbano e sinais de trânsito, abordando as tensões entre ser criança e ter que trabalhar; a pesquisa de Buscariolli, Carneiro e Santos (2016), analisou a vida dos artistas de rua sobre a ótica de trabalhadores ou pedintes; o artigo "Crianças em situação de rua: malabares da exclusão", Ecker (2017); o trabalho realizado por Leal e Montrone (2017) que explora a prática social de pedir nos faróis e, finalmente, a pesquisa mais recente encontrada publicada através do artigo de Pimenta (2019), que faz uma abordagem da invisibilidade social das pessoas em situação de rua.

Na maior parte desses estudos foi possível destacar pontos em comum sobre o comportamento e habilidades dos trabalhadores das ruas sejam eles como malabares de bolinhas ou vendedores de balas. A criatividade, resiliência, agilidade e coletividade são destaques observados.

Neste contexto, o problema explorado por essa pesquisa buscou propor uma formação que habilite os adolescentes trabalhadores dos sinais de trânsito ou similares a desenvolverem habilidades circenses que possibilitem um desenvolvimento pessoal e relacional; a dar vasão a ideias inovadoras, voltadas ao seu contexto de vida, como algo que os permitam crescer em identidade e cultura e, ao mesmo tempo, que gere renda e possibilidade de desenvolvimento local, dialogando com as políticas públicas existentes.

2 OBJETIVO

2.1 Objetivo Geral

Essa pesquisa tem como objetivo geral, promover a visibilidade social, inclusão e oportunidades para adolescentes trabalhadores de rua, por meio de tecnologias sociais aplicadas em espaços não escolares onde os jovens possam relacionar suas demandas à uma resposta prática.

2.2 Objetivos Específicos

Estudos Preliminares

- Averiguar as condições para realização da pesquisa com os adolescentes trabalhadores dos sinais de trânsito e afins;

Objetivos Exploratórios

- Identificar trabalhos similares através de revisão sistemática da literatura;
- Identificar as competências e habilidades definidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que servirão como referência ao método a ser desenvolvido por esse trabalho de pesquisa.
- Buscar informações através de iniciativas do terceiro setor para corroboração do problema de pesquisa;

Objetivos Descritivos

- Construir método com aplicação de tecnologia social, que auxilie no desenvolvimento de competências e habilidades interdisciplinares na busca de maior visibilidade social e autonomia para o grupo em estudo.

Objetivos Explicativos

- Avaliar a aderência e o conteúdo do método desenvolvido junto a um grupo focal de especialistas
- Planejar e aprovar projeto piloto

3 METODOLOGIA

3.1 Desenho da Pesquisa

Esse trabalho de pesquisa teve como público alvo adolescentes entre 14 e 17 anos, estando ou não cursando a educação formal, preferencialmente os malabaristas de bolinhas nos sinais de trânsito. De acordo com Severo (2015), por educação não escolar se entende um conjunto de práticas consideradas formativas situadas fora do ambiente formal escolar, ou seja, em espaços educativos em que ocorrem processos não formais e informais de educação. Mais adiante nos aprofundaremos sobre a importância da educação não escolar como elemento complementar à educação escolar e fundamentaremos esses conceitos.

Como estudo preliminar à esta pesquisa, com a finalidade de verificação da viabilidade da mesma, foram realizadas observações e contatos informais com possíveis futuros participantes, sem a identificação desses indivíduos e sem o registro público e formal das informações, em conformidade com o Artigo 2 , Parágrafo XII, da Resolução número 510 do Conselho Nacional de Saúde (2016), seguido de descrição analítica (Bardin, 2011) baseada em análise das anotações obtidas. Esta etapa, apesar de não fazer parte do processo formal de pesquisa, se mostrou de extrema importância, já que nos possibilitou, ainda que informalmente, entender a essência daquelas pessoas e suas percepções de vida.

Na primeira fase desse trabalho, a fim de mitigar qualquer possível viés do pesquisador, realizou-se revisão sistemática da literatura para suportar cientificamente o problema de pesquisa, dada as limitações e restrições da etapa preliminar.

A seguir, foram identificadas, através de mapa conceitual (Bardin, 2011), as competências e habilidades definidas BNCC que nortearam o desenvolvimento das técnicas e materiais a serem utilizados na capacitação desse grupo de jovens. Apesar da educação não escolar ser o caminho para disseminação dessa tecnologia social, entendemos ser uma boa prática, proveniente da educação formal, a utilização da BNCC como um norteador para a estruturação e sequenciamento das habilidades que buscamos desenvolver, o que facilitaria, ao educador e ao receptor, a integração dos conhecimentos adquiridos no âmbito escolar formal e não formal, possibilitando inclusive uma melhoria continua da educação formal com experiência trazidas da vida real para sala de aula, tornando, dessa forma, as aulas mais atrativas.

O último passo da fase exploratória, teve como objetivo selecionar trabalhos similares em entrevistas com especialistas ligados a iniciativas do terceiro setor, ancorado em técnicas de pesquisa participativa ativa (PPA) que, segundo Breda (2015), possui enfoque pertinente e

apropriado para o estudo de populações marginalizadas e vulneráveis, além de ser uma estratégia para transformar desigualdades raciais, socioeconômicas, dentre outras. Foi utilizado também, nas entrevistas com o terceiro setor, método de estudo transversal para coleta de dados obtidos a partir de grupos já pré-definidos através de entrevista não-estruturada, ou seja, não sendo relevante para esse objetivo especifico uma amostragem heterogênea que justifique a adoção da coleta de dados longitudinal. (QUESTIONPRO, 2020)

A análise estrutural das entrevistas feitas junto às entidades do terceiro setor, foi realizada com técnicas de análise de conteúdo de Bardin (2011), procurando compreender a partir da imersão na fala de uma pessoa de forma intuitiva, tomando o cuidado de a cada nova entrevista que se faça uma abstração de si próprio e das entrevistas anteriores.

Na fase descritiva, elaborou-se um método inovador com o uso de tecnologia social para o desenvolvimento de competências e habilidades interdisciplinares a serem utilizadas na formação de jovens artistas malabares circenses.

Apesar da aplicação em campo do projeto piloto ter ficado fora do escopo desse trabalho devido à, principalmente, restrições impostas pela pandemia de Covid19, recomendou-se que o método desenvolvido por essa pesquisa fosse utilizado em campo (ou de forma hibrida) através de uma abordagem de Pesquisa-Ação, conforme definido por Thiollent (2011), além do uso de técnicas de fenomenologia sugerido por Tarozzi (2011), já que o propósito inicial é de que os pesquisadores, em formato de grupo focal, possam estar presentes em um ambiente que não lhe é familiar, fazendo com que eles experimentem o mesmo contexto da população pesquisada, estando em contato estreito com o meio social em estudo, explicitando a definição sociopolítica daquele grupo e permitindo uma intervenção mais customizada.

Sugeriu-se que a coleta dos resultados, após a aplicação do projeto piloto, fosse feita pelo grupo focal, através de entrevista semiestruturada, pois se faz necessário avaliar as impressões do público alvo pós-experiência, em blocos de objetivos alinhados com o método aplicado, A análise e avaliação dos resultados se dariam com suporte de Bardin (2011) para inferência e interpretação dos conteúdos, com posterior execução de ciclo de melhoria continua conhecido como “PDCA”, (*plan, do, check, act*) para identificar e sustentar aquilo que funcionou e melhorar aquilo que ainda não tenha gerado os benefícios esperados pelo grupo em estudo.

3.2 **Fundamentação da Pesquisa**

Esse trabalho de pesquisa buscou uma metodologia que ajudasse a diagnosticar o que motiva os adolescentes trabalhadores dos sinais de trânsito a estarem ali e como poderíamos

adaptar o meio às necessidades desses indivíduos e não o indivíduo ao meio, onde o meio nesse contexto representa a realidade sociopolítico brasileira. Vejamos a seguir o exemplo de Freire (2019):

> O conhecimento sobre os terremotos desenvolveu toda uma engenharia que nos ajuda a sobreviver a eles. Não podemos eliminá-los, mas podemos diminuir os danos que nos causam. Constatando, nos tornamos capazes de intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de nos adaptar a ela (FREIRE, 2019, p.75)

Nesse contexto, por estarmos comprometidos em trazer soluções de curto prazo a serem desenvolvidas durante a pesquisa e validadas em campo com os participantes (execução do piloto está fora do escopo dessa pesquisa), sugeriu-se uma abordagem metodológica da Pesquisa-Ação, onde os participantes comuns, (aqui representados pelos adolescentes trabalhadores dos sinais de trânsito), conhecem os problemas e as situações nas quais estão vivendo e participam ativamente da solução.

Como se trata de uma metodologia cooperativa, teríamos o papel fundamental dos mediadores especialistas e experientes, que transmitiriam competências a esses adolescentes por meio de instrumentos culturais através da educação não-formal; associando assim o desenvolvimento cognitivo como um produto da socialização (FONSECA, 2011, p.160)

Segundo Thiollent (2018), o saber dos especialistas, entretanto, é sempre incompleto, não se aplicando necessariamente a todas as situações vividas pelo grupo de indivíduos objeto dessa pesquisa. Para que o aprendizado aconteça, o mediador precisa estabelecer alguma forma de comunicação com os agentes do saber popular. Thiollent (2018) reforça ainda uma das diretrizes da Pesquisa-Ação é de explicitar o objetivo real das ações tomadas aos níveis individuais e coletivos a fim de não criar falsas expectativas, ou seja, conhecendo os resultados imediatos através da participação direta dos participantes, se supõe que isso poderá contribuir para a dinâmica da tomada de consciência, e eventualmente, sugerir o início de mais um ciclo de ação e investigação, na busca continua da autonomia, emancipação e visibilidade social daquele grupo. Além disso, quando as pessoas estão fazendo algo relacionado com a solução de um problema seu, há condição de estudar esse problema de forma mais profunda e realista do que no nível opinativo ou representativo no qual se reproduzem apenas imagens individuais e estereotipadas. Essa abordagem auxiliou também durante as entrevistas não estruturadas que foram feitas com entidades do terceiro setor para que fosse validado o método de tecnologia social elaborado como produto desse trabalho de pesquisa. Na falta de uma execução em campo, esses especialistas foram “a voz” dos jovens trabalhadores dos sinais ou atividades afins, pois são, em sua maioria, líderes de projetos comunitários importantes voltados à população em

situação de vulnerabilidade social, ou seja, conhecem as “dores” e a realidade vivenciada por esse grupo, suas expectativas e restrições.

Apesar de, à primeira vista, a Pesquisa-Ação aparentar apenas buscar soluções de curto prazo para resolver um problema imediato, seu objetivo principal, alinhado totalmente com essa pesquisa, é o de desenvolver a consciência da coletividade nos planos político, econômico e cultural dos problemas importantes que enfrenta e confrontá-los de forma contínua. Ou seja, a Pesquisa-Ação pode ser utilizada como mecanismo de preparação para uma campanha muito mais ampla de tema de grande relevância para a sociedade sobre por exemplo o trabalho infantil nas ruas, fazendo com que aqueles que hoje não tem voz possam gerar informações significativas sobre suas condições de vida e, além disso, fazer com que esses dados e resultados cheguem e circulem nos meios de comunicação de massa de onde geralmente são excluídos ou não tem relevância (THIOLLENT, 2018, p.89).

3.3 **Riscos**

Durante a execução do projeto piloto planejado por essa pesquisa, serão envolvidos jovens em situação de vulnerabilidade. Foram então, identificados riscos importantes a serem monitorados durante a execução do piloto; são eles: quebra de confidencialidade ou anonimato; constrangimento e desconforto do participante; quebra de confiança entre pesquisador e pesquisado, dentre outros.

Como mecanismos de mitigação para esses riscos, foram mapeadas as seguintes ações: manter o anonimato do pesquisado; respeitar sempre os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, como também os hábitos e costumes dos participantes; estar sempre acompanhado de mais um pesquisador como testemunha; se possível, conhecer pessoas mais experientes que tenham relacionamento de confiança com o entrevistado para estabelecer vínculo indireto com o participante e, quando possível, conhecer a origem do público.

Vale salientar que a execução do projeto piloto está fora do escopo desse trabalho de pesquisa, que trata apenas do planejamento do piloto, conforme descrito na sessão objetivos específicos.

3.4 **Benefícios**

O proposito principal desse projeto foi o de garantir que as pesquisas em comunidades, sempre que possível, traduzir-se-ão em benefícios cujos efeitos continuem a se fazer sentir após sua conclusão, seja em termos de retorno social e acesso ao método e/ou produtos desenvolvidos com o ajuda do projeto piloto.

Portanto, ao final dessa pesquisa esperou-se que benefícios sustentáveis fossem reconhecidos pelo grupo de pessoas participantes, como: autonomia para soluções de seus próprios problemas; estímulo para continuidade da educação formal; expansão das redes de relacionamento; conquista de espaço positivo nas mídias; nomeação de agentes de mudança; aproximação de outros pesquisadores do tema.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Etapa 1: Estudos preliminares

O primeiro passo foi a execução de estudo preliminar através de observação não participante permitindo assim a autenticidade do comportamento dos observados. De modo geral, notou-se que aqueles jovens trabalham nas ruas devido a alguns motivos principais como: complemento da renda familiar na busca de melhores condições de vida para as famílias; a necessidade de sobrevivência; a possibilidade de criar novos vínculos e relacionamentos; a inserção social através do consumo e, por fim, a carência de acesso à educação, que acaba por resultar em tempos ociosos preenchidos com a vivência na rua.

De acordo com Dall´ígna (2017), para alguns pais o trabalho precoce é algo positivo, pois ocuparia o tempo livre da criança e se tornaria uma prática educativa em termos de instituir responsabilidades como, por exemplo, de conhecimento sobre o uso do dinheiro e, até, como via de interação social. Notou-se que, alguns dos observados não queriam piedade ou caridade, mas sim apenas um pagamento pelo seu trabalho, como se dissesse: "Tenho profissão, sou um artista malabarista, tenho dignidade como o senhor".

No quadro a seguir, foram demonstrados os resultados das observações coletadas, a fim de ilustrar os pontos fracos e fortes que esses jovens apresentam por trabalharem nas ruas desde tão cedo. Esse mapeamento auxiliou no desenvolvimento do produto dessa pesquisa onde oferece-se um conjunto de soluções que minimize os impactos dos pontos fracos e capitalize os pontos fortes desses indivíduos

Quadro 1: Pontos fortes e fracos dos jovens trabalhadores dos sinais de trânsito

Observações	Fraquezas	Forças
Nas atividades de malabares nos sinais as aprendizagens são participativas		X
Priorizam o imediatismo	X	
Tem dificuldade de permanência na escola já que nela tudo é imposto, enquanto na rua são autônomos tomando decisões sobre suas vidas	X	
Tem tendência a se afastarem das escolas, dificultando assim o desenvolvimento intelectual e de cidadania	X	

Tornam-se adultos de forma precoce já que assumem responsabilidades prematuramente sem preparo cognitivo e social	X	
Identificam-se como trabalhadores	X	X
Tem mais autonomia para brincar do que aqueles que exercem atividades domésticas		X
O tempo e/ou o espaço para a brincadeira lúdica se tornam escassos pois a brincadeira muitas vezes de funde e se confunde com trabalho	X	
Apresentam deficiências na linguagem formal, sendo essas substituídas por linguagem "das ruas", informais	X	
Não tem senso de finanças pessoais: quanto recebem, quanto gastam, quanto precisam para sobreviver, quanto devem economizar	X	
Se preocupam pouco com a aparência	X	
Tem necessidade de se apresentar como "cidadãos do bem", sem envolvimento com práticas ilícitas	X	X
Desenvolvem técnicas de relacionamento		X
Há sempre um elemento de troca, ou seja, performam atividades em troca de algo	X	X
Na escola não se valoriza os conhecimentos adquiridos na rua	X	X
Os obstáculos enfrentados na vida nas ruas geram resiliência e energia		X
A rua é vista e vivida como extensão da casa	X	
Frustração com a escola acaba levando para as ruas	X	

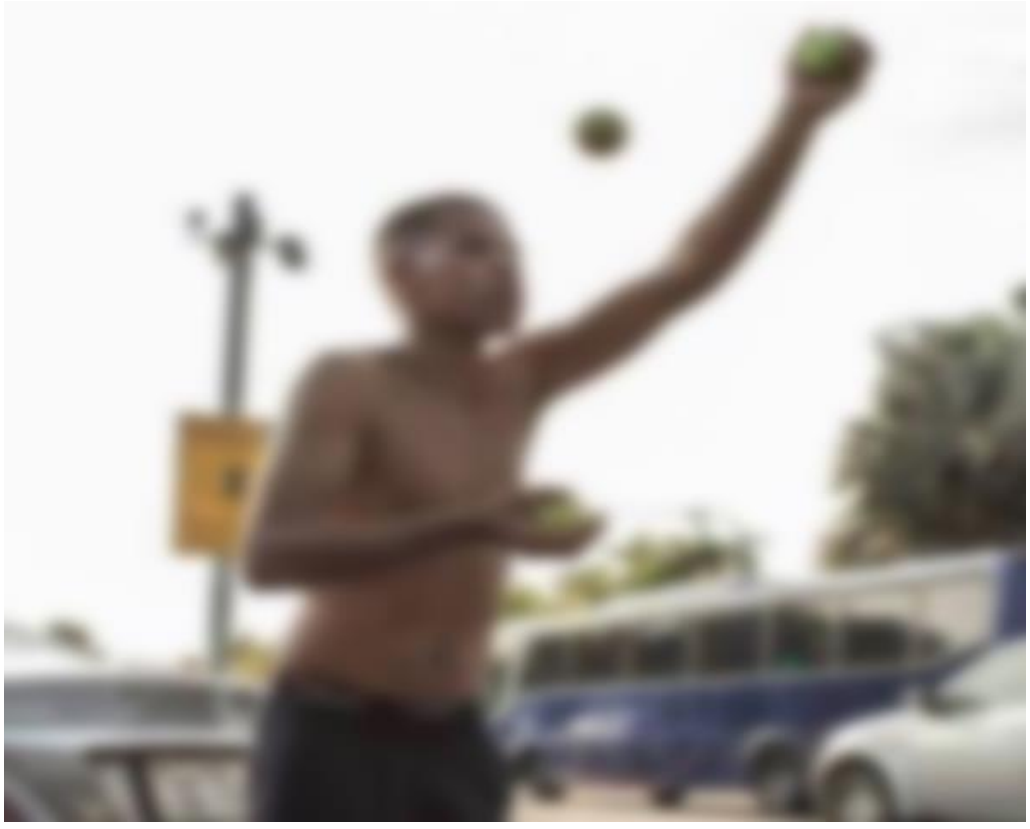
Fonte: Autoria própria, 2020.

Concluiu-se que a principal preocupação desse grupo não é o de somente trabalhar para obter uma renda de subsistência e garantia do poder de consumo, mas também para que possam ser notados e reconhecidos pela sociedade por suas habilidades, porém talvez a forma utilizada em suas apresentações esteja inadequada: A abordagem, a aparência e a comunicação oral limitada, acabam passando a mensagem de pedintes e não de artistas. Em contato com um dos fundadores do circo social Crescer e Viver, foi relatado que:

> As atividades de malabares nas ruas vieram trazidas na década de 80-90, de imigrantes de outros países vizinhos como Argentina e Uruguai, já que nesses países se ensinam técnicas de malabares desde a escola. Além da parte prática, eram desenvolvidas também competências de comunicação e cuidados com a aparência que faziam com que esses jovens fossem vistos nas ruas como artistas e não pedintes. Os meninos que pediam dinheiro nas ruas ou vendiam balas começaram a copiar esse modelo de nosso vizinho. (DAUMAS, 2021)

Em conversa com Daumas (2021), fundador do Circo Crescer e Viver, naquele momento: "houve um novo olhar sobre aqueles jovens, um olhar positivo e de admiração. Com o passar do tempo, aquela magia inicial caiu por terra, virou senso comum, os motoristas voltaram a ter um olhar pejorativo". Infelizmente a falta de conexão com a escola, ratificada pelas observações registradas na tabela acima, não permitem uma mudança sustentável e transformacional para esse grupo.

Figura 1: Malabarista ou pedinte?



Fonte: google.com

Nosso dilema passa a ser, então, sobre como utilizar as ruas como experiência para apresentações e, consequentemente, para oferecer algum tipo de entretenimento para o público, ser reconhecido por isso e não focar apenas no imediatismo. Como a educação escolar ou não escolar podem contribuir? Mais adiante dos aprofundaremos nessa discussão.

4.2 Etapa 2: Revisão sistemática da literatura

Dentro de uma abordagem de revisão sistemática da literatura, buscou-se ratificar a relevância desse problema de pesquisa, ou seja, propor uma formação que habilite os adolescentes trabalhadores dos sinais de trânsito ou similares a desenvolverem habilidades circenses que possibilitem um desenvolvimento pessoal e relacional tornando-os visíveis através de vínculos sociais a serem construídos e reconhecidos pelo ambiente em que estão inseridos.

Foram selecionados artigos de produção acadêmica publicados, em sua grande maioria, entre 2010 e 2020, sobre crianças e adolescentes trabalhadores das ruas como também sobre a educação em direitos humanos. A escolha desse intervalo de datas partiu do pressuposto de que mudanças sugeridas relacionadas à prática de direitos humanos ou ao trabalho infantil, requerem tempo para serem entendidas, debatidas e implementadas pela sociedade, já que envolvem discussões de políticas públicas e diretrizes, em contraste, por exemplo, com as ciências tecnológicas que, muito provavelmente, em um mesmo período já teriam sofrido transformações significativas.

Os artigos selecionados dialogavam entre si, a fim de entender as divergências e convergências dos dois lados em estudo: tirar da rua *versu*s capacitar na rua. Foram recuperados através da plataforma de busca Scielo.com, especializada em artigos sobre ciências humanas, 1503 artigos científicos que atendiam aos critérios de busca estabelecidos pela pesquisa. Após finalização da triagem (vide quadro abaixo), foram adicionados alguns poucos artigos que embasaram a inquietação que originou essa pesquisa, realizando então a leitura do material na integra, sendo esses artigos classificados por afinidade de temas.

Quadro 2: Definição dos critérios de seleção dos artigos científicos

Técnica	**Critério de inclusão / exclusão**
Busca por palavras-chave em artigos científicos no site indexador Scielo.com que tem como foco em sua base de dados os estudos sociais	Vulnerabilidade (148), Direitos Humanos (450), Educação em Direitos Humanos (12), Invisibilidade (223), Exclusão social (69), Educação popular (74), Trabalho infantil (56), Malabaristas (1), Artistas de rua (1), Menores de rua (10), Crianças em situação de rua (4), Educação não formal (22), Itinerante (46), Empoderamento (387) = 1503 recuperadas
Seleção por título do artigo	Artigos com título aderente ao tema pesquisado = 94 recuperadas
Seleção por ano de publicação do artigo	Artigos publicados de 2010 em diante (estado da arte em estudos sociais) = 76 recuperadas

Leitura dos resumos	Estudos que apresentem fatores críticos e problemas relacionados ao tópico de pesquisa = 47
Seleção por qualidade do artigo	1) Leitura completa: Relevância para a pesquisa: Objetivo, questões, métodos e desfecho bem definidos com contribuições bem destacadas 2) Lattes do autor 3) Qualis do periódico > B3 4) Quantidade de citações 5) Aplicabilidade na educação não formal Artigos retornados = 13
Busca narrativa através do google acadêmico de artigos científicos, dissertações e literatura cinza e revisão descritiva	1) Sinais de trânsito 2) Malabaristas 3) Malabares 4) Trabalho Infantil nos Semáforos 5) Artistas de rua Artigos retornados = 5
Total de artigos retornados para desfecho	18

Fonte: Autoria própria, 2020.

O quadro acima, com 1503 artigos identificados, evidenciou, após obtenção e compilação dos dados, a existência de vasta literatura sobre o tema pesquisado, de forma direta ou indireta, vinculados as palavras chaves usadas na busca, ou seja, é um tema de interesse público já vindo sendo suficientemente explorado por grupos com formações acadêmicas distintas como: sociólogos, pedagogos, educadores, psicólogos, economistas, juristas, dentre outros; o que corroborou a importância de discussão e soluções interdisciplinares para o problema em questão.

Essa revisão abordou o papel da educação não escolar em direitos humanos, identificando estudos similares, que propõem soluções a serem oferecidas à sociedade, para contribuição de uma formação social dos adolescentes menos favorecidos economicamente que performam atividades nas ruas.

A hipótese a ser acatada por esse estudo assumiu que a vida e trabalho nas ruas é uma realidade que deve ser debatida e em busca de soluções realistas de curto prazo que dialoguem com as políticas públicas existentes, como veremos mais adiante. O fato de estar e trabalhar nas ruas pode não ser, em um primeiro momento, o maior problema para esses jovens, mas sim a vulnerabilidade político-social em que se encontram.

4.2.1 Os direitos humanos e a educação como direito social

Essa pesquisa enfatiza a importância dos agentes de mudança, indivíduos solidários e esclarecidos que agem em nome de ou em conjunto com os mais desfavorecidos, grupos que são significativamente vulnerabilizados e, por causa da desvantagem econômica, da discriminação ou falta de voz, atualmente incapazes de reivindicar seus direitos legalmente reconhecidos. A meta desses agentes é o de informar as pessoas sobre elas mesmas, sobre sua existência e direitos, capacitando-os através de experiências e aprendizagens, para participarem de sua própria construção e transformação. Para que isso ocorra, se faz necessário que se desenvolva a coragem e poder de argumentação nos indivíduos mais vulneráveis, para que possam confrontar situações adversas como no exemplo ilustrado por Bajaj (2011), que relata em seu estudo o caso de um estudante da sexta série, aprendendo sobre os direitos humanos, pela primeira vez, resolve ir até o diretor para reivindicar que ele não havia recebido um uniforme a que tinha direito; como punição, ele foi ameaçado de expulsão.

A reflexão que fazemos a nos depararmos com um relato como esse é que, apesar de todo o avanço realizado nas políticas públicas que legislam sobre direitos humanos, políticas essas que serão abordadas mais adiante, na prática estas nem sempre se manifestam como deveriam. A sociedade, ou parte dela, precisa intervir quando uma situação de violação aos direitos humanos fundamentais ocorra. De preferência deveríamos ser capazes de antecipar as possíveis violações a fim de evitar danos e sequelas a quem teria seu direito afetado como cidadão. Precisamos ser os guardiões das leis e diretrizes que regem os direitos humanos, até mesmo para relembrar àqueles que as violam por já terem normalizado tal comportamento. É um processo educativo e de fiscalização contínua.

O exemplo de Bajaj (2011) relatado em parágrafo anterior, mostra a coragem que é necessária para corrigir as injustiças que a população vulnerável enfrenta. Infelizmente, por mais que se tenha coragem para dar o primeiro passo, há de haver resiliência para não sucumbir às barreiras que porventura surgirão. Bajaj (2011) conclui salientando que o mais importante da aprendizagem através da ação deve ser a transformação das intervenções individuais em intervenções coletivas, dada a fragilidade e o aumento dos perigos das individuais, ou seja, juntos somos mais fortes para enfrentar as dificuldades das mudanças.

McCowan (2015) salienta que a educação em direitos humanos pode ser vista como um meio de levar as pessoas a mudar suas atitudes e comportamentos de uma forma que seja benéfica para toda a sociedade. Assim, um indivíduo poderia desenvolver respeito pelas

opiniões dos outros, reconhecer os interesses daqueles que estão fora da sua comunidade imediata, grupo étnico ou nacionalidade.

Segundo Cruz e Moura (2012), os estudos em direitos humanos muitas vezes são reduzidos aos seus componentes jurídicos, ficando assim a luta por dignidade limitada ao espaço judicial. Eles debatem trechos do trabalho de Flores (2004, p.372), que salienta a ocorrência de um fenômeno de aprisionamento dos direitos humanos pela lei, porém ambos pesquisadores acreditam que reduzir a luta a este *locus* leva a um aceite das premissas que estão implícitas nas estruturas institucional-normativas.

> Se os direitos humanos são concedidos de cima para baixo, e sua concretização decorre de sua formulação legal, então a resposta mais adequada é a de ver, analisar e interiorizar a lei. No entanto, se entendermos os direitos humanos como sendo construídos, debatidos e revistos através de deliberação, então uma abordagem educacional muito diferente emerge. Aspectos importantes aqui enfatizados são a incorporação dos direitos humanos na pedagogia e na gestão, e o amplo envolvimento da comunidade na tomada de decisão educacional, considerado como um papel de empoderamento em si mesmo. (McCOWAN, 2015, p.41-44)

Portanto, a questão da luta pelos direitos humanos não pode ser enfrentada como um problema relativo, exclusivamente, ao sistema judicial, esses direitos têm como espaço de conquista, talvez mais importante, o conjunto de relações e de interações sociais. Direitos humanos não devem ser pensados apenas como um conjunto de normas de caráter nacional e internacional que se efetivam no espaço do litígio judicial, em instâncias formais, mas sim, e principalmente algo que se concretiza na sociedade a partir da rearticulação dos sujeitos sociais. Educar em direitos humanos deveria significar romper com paradigmas construídos socialmente em torno de atitudes e posturas individuais e coletivas, também forjadas ao longo da nossa existência e da história dos grupos sociais dos quais fazemos parte.

Finalmente, Candau (2012) observa que é de suma importância discutir as especificidades e articulações entre o direito à educação e a educação em direitos humanos, já que esses dois campos se entrelaçam, sendo a educação em direitos humanos considerada atualmente como um componente fundamental do direito à educação.

Essa pesquisa se ancorou nos estudos acima, corroborados pela fala de Bauman (1999) que afirma que: "(...) questionar as premissas inquestionáveis do nosso modo de vida é provavelmente o serviço mais urgente que devemos prestar aos nossos companheiros humanos e a nós mesmos", e se aprofundou no dilema de praticar educação em direitos humanos em benefício dos jovens trabalhadores das ruas, garantido que as leis idealizadas sejam materializadas e reconhecidas de alguma forma, desafiando o *status quo* implementado por parte dominante da sociedade.

4.2.2 Empoderamento ou descoberta de potenciais?

Durante os estudos realizados por esse trabalho de pesquisa, o problema abordado por essa dissertação foi levado a um dos especialistas do tema Walter Ude Marques, que trouxe para o debate o seguinte dilema sobre o termo “Empoderar”; verbo tão utilizado no campo de pesquisas sociais. Segundo Marques (2020): “a ideia de empoderar é questionável. Se dizemos que podemos empoderar alguém é porque nos sentimos superiores e com mais poder do que outro”, ou seja, o termo deve ser usado com restrições para que não se passe a impressão de superioridade de um grupo social a outro.

Esse sentimento de superioridade vai de encontro ao Art 5º da Constituição Federal (1988, p.13) que trata dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade (...)”.

Nesse contexto, Candau e Andrade (2013, p.39-47) reafirmam que: “empoderar não é algo que possa ser feito a alguém por outra pessoa ou grupo”. Quando ocorrem mudanças na autoconsciência e na autopercepção, podem ser despertadas energias que favoreçam transformações libertadoras, criativas e capacidade argumentativa, em grupos que estavam acostumados a olhar para si próprios numa perspectiva de desvalorização. É fundamental que esses grupos desenvolvam uma autoestima positiva, um dos aspectos mais relevantes da prática educativa de direitos humanos, para a construção do sujeito de direito. Ou seja, a democracia exige a igualdade de direitos da diferença que nos permitem reforçar as palavras de Santos (2006, p.462): “Temos o direito a ser iguais, sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza”.

Importante salientar a importância do educador, seja ele formal, não formal ou informal no papel fundamental de agente de mudança sociocultural e político, assistindo às classes menos favorecidas na busca da descoberta de seus potenciais, quando for notada a violação dos direitos a igualdade amparados pelo Art 5º da Constituição Federal (1988, p.13) abordado acima.

Silva e Sarriera (2015), em uma de suas pesquisas, trazem evidências que corroboram para a proposição de que as pessoas carregam consigo crenças e percepções falsas, tais como a crença de que protestar contra uma injustiça seria inútil, embaraçoso ou exaustivo, a partir do que justificam suas próprias subordinações em relação aos outros. Essas pessoas frequentemente também percebem situações como sendo satisfatórias ou justas, mesmo quando há reais razões para que se acredite no contrário. Ainda com Silva e Sarriera (2015), essas características existem certamente como facilitadoras da vida social, pois se os indivíduos

tivessem que refletir continuamente a respeito de cada ação que fazem para produzir a cotidianidade, provavelmente deixariam de fazê-lo, pois perceberiam que o cotidiano estabelecido não os favorece enquanto inclusão social. Assim, o processo de problematização não somente auxilia indivíduos e comunidades a desconstruírem sua percepção sobre as relações sociais até então legitimadas, mas também permite que o próprio indivíduo se fortaleça na medida em que entenda possuir poder e domínio sobre si mesmo, seu funcionamento e sua vida.

De acordo com Câmara (2008), o fortalecimento propicia o desenvolvimento de um sentido mais forte de si mesmo e de sua relação com o mundo, o que diminui o sentido de impotência que leva à apatia. Muitos indivíduos são percebidos e percebem-se como marginalizados e desprovidos de direitos iguais aos de seus pares, relacionando-se com a comunidade de uma forma a acreditarem que realmente não dispõem de poder em relação a si, suas escolhas e direitos e colaborando para que se cristalize tal percepção.

> A tensão da coesão social envolve a possibilidade de desenvolver o senso de responsabilidade e compromisso com sua família e comunidade mais ampla. A aderência cultural trata da capacidade de aceitar ou desafiar as normas culturais, crenças e valores partilhados na sua comunidade local e/ou em âmbito global. A tensão do poder e controle pessoais implica a condição de tomar decisões e de agir, e o controle de concretizá-las envolve a autoconfiança e a capacidade de o jovem cuidar de si e de outros e imprimir mudanças no seu ambiente, a fim de alcançar recursos que promovam seu bem-estar. Por fim, a tensão da justiça social refere-se à possibilidade de o jovem reivindicar e assegurar seus direitos individual e coletivamente, contra preconceitos e formas de opressão sociopolítica, encontrando um papel significativo que lhe traz aceitação e igualdade social. (GERMANO, COLAÇO, 2012, p.381-387).

Por fim destacou-se, após a problematização da temática da descoberta de potenciais abordada nesse capítulo, a irrelevância de ser ter ou não o poder, pois o que realmente importa é o que fazemos com ele. Para a parte neutra da população, em linha com a análise de Leal e Montrone (2011), devemos refletir sobre a falta de coerência da omissão perante a uma sociedade na qual uns podem mais enquanto outras podem menos, já que em uma luta entre desiguais, abster-se significa fortalecer o lado mais forte, o que vai de encontro a uma maior equidade que buscamos ajudar a construir através desse trabalho de pesquisa.

4.2.3 Indústria cultural e os riscos do pensamento dominante na sociedade

As constatações de Bauman (2015, p.44-46), quais sejam; o aumento permanente e exacerbado do consumo como única e última alternativa para se encontrar a felicidade plena e duradoura, o que acaba causando frustração devido a impossibilidade de acesso à esses bens pela população de baixa renda e a falta de oportunidades de ascensão social pelo “ter”; a

naturalização da desigualdade entre os seres humanos e a competição e a instauração de processos excludentes como imprescindível à justiça social, corroboram o problema dessa pesquisa, pressupondo que muitos vivem para ter e não para ser, o que acaba estimulando a desigualdade de classes, caindo por terra o que deveria ser a boa prática de direitos humanos já abordadas anteriormente.

Segundo Adorno (1995), somos condicionados continuamente aos termos da indústria cultural que explora a satisfação momentânea gerada por temas populares ou propagandas, além de em algumas ocasiões, incentivarem o consumo exacerbado como receita de sucesso, desviando o foco da população, travando as possibilidades da emancipação da opinião e instigando a rivalidade. Já na opinião de Cruz e Moura (2012), os meios de comunicação consistem nos principais agentes de mediação da sociedade em tempos de globalização. Por meio de textos e imagens, a cultura midiática corrobora, assim, para um fortalecimento dos laços sociais ao mesmo tempo que fornece elementos de homogeneização de discursos e identidades. "A mídia constrói mitos e estereótipos, sugere regras, modas e hábitos", daí o agravamento do conflito entre o "ter" para "ser". A homogeneidade social, reforçada muitas vezes pela indústria cultural, só estimula ainda mais a normalização desse pensamento e comportamento segregatício.

Kellner (2001) contempla em suas investigações os mais diversos textos midiáticos com o objetivo de elucidar tendências dominantes e de resistência, vislumbrar perspectivas históricas e analisar a forma como os meios de comunicação agem com vistas a influenciar a identidade dos indivíduos. A pesquisa de Kellner ganha respaldo nas palavras de Cruz e Moura (2012, p.92-95) quando aludem: "Vivencia-se, então, a cultura do efêmero, o triunfo do descartável (...). Desinformar, portanto, parece ser, hoje, uma das grandes tendências da mídia tradicional."

Salomon (2008, p. 89) refere que isso acontece porque "(...) há uma preferência pelas notícias que apresentam mudanças dramáticas ou números sensacionais". Percebe-se que quando a mídia cobre essas pautas, geralmente, as faz simplificando a realidade, portanto, desprovidas de elementos suficientes para estimular o senso crítico dos receptores. Ainda com Salomon (2008, p.89) "[...] a regra é desconfiar sempre. A reportagem será mais honesta e rica quanto maior for a quantidade de pontos de vista levados em consideração". Quando isso não acontece, a sociedade fica impossibilitada de avaliar corretamente uma informação. Essa preocupação é reforçada por Guy Debord quando problematiza que as "as pessoas perderam a

autenticidade nas suas formas de viver– a vida tornou-se representação e pura ilusão; as relações sociais passaram a ser mediadas por imagens" (NEGRINI, AUGUSTINI, 2013).

Finalizando a problemática dessa discussão, Cruz e Moura (201) enfatizam que a observação de Salomon provocaria outra reflexão, ou seja; a cultura da mídia poderia se dar de duas formas: estimulando a dominação social lançando mão, por vezes, de técnicas que objetivam a banalização de certos setores da sociedade menos privilegiados, enfraquecendo-os, ao mesmo tempo em que poderia incentivar a resistência e a luta contra as classes dominantes se utilizasse de uma linguagem mais isenta, menos comprometida com o poder.

Para concluirmos, voltemos a Freire (1980) que já trazia esse tema para debate quando problematizava a questão da manipulação da consciência dos ingênuos pelos mal-intencionados, que negam agirem de forma manipuladora, mas as percepções demonstram exatamente o contrário, ou seja a insuficiente neutralidade desses indivíduos.

Os estudos citados anteriormente dentro desse sub capitulo evidenciaram uma influência manipuladora de grande parte da mídia, o que, propositalmente ou não, causa distração da massa crítica da população com temas populares e /ou sensacionalistas que desviam o foco de problemas sociais importantes como o trazido por esse trabalho de pesquisa, que não ganham espaço na mídia para um debate profundo. Tomemos, como exemplo, a nossa juventude e logo se presta atenção a ela como um novo mercado a ser explorado. Por meio de uma cultura que comercializa todos os aspectos da vida dos jovens, usando a internet, redes sociais e novas tecnologias de mídia, as instituições buscam imergir esses indivíduos em um mundo de consumo em massa, de maneira tão eficaz que jamais pensaríamos no passado, além de usar esses canais de comunicação para muitas vezes influenciar ou até mesmo manipular dados que impactam o contexto da mensagem final.

De que lado queremos estar? Esse trabalho de pesquisa invoca estarmos do lado dos compromissados com a realidade social, onde posamos ter um papel protagonista na mudança da história dos mais vulneráveis socialmente, reivindicando a importância de uma comunicação sem vícios, ou seja, acreditando que a situação possa ser alterada se houver esforço dos dois lados: da mídia e dos próprios receptores, pois são estes que se satisfazem, mesmo que momentaneamente, com temas populares, tendo seu foco desviado do que realmente deveria importar: a emancipação da sua opinião. A sociedade, que consome a informação através das mais diversas mídias, detém um importante papel no processo de transformação das produções midiáticas sobre a questão dos direitos humanos, mais particularmente sobre a importância da visibilidade social para os jovens trabalhadores de rua. É de fundamental relevância construir

canais de mídia que possibilitem maior visibilidade para os jovens trabalhadores das ruas, em uma campanha pública e privada que valorize e reconheça o exercício de atividades criativas, a resiliência, a liberdade, à igualdade, por mais utópico e longínquo que possa parecer, pois isso contribuirá no desenvolvimento do sentido de pertencimento social no sujeito e lhe desenvolverá um sentimento de utilidade e valorização, elevando sua autoestima.

4.2.4 Trabalho infantil nos sinais de trânsito: exploração ou necessidade?

Das políticas públicas relacionadas à erradicação do trabalho infantil, iremos nos ater neste momento ao Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (PETI, 2011) e ao Bolsa Familia,

Segundo Conde (2013), ainda que se aprecie o progresso feito com relação à redução de números oficiais do trabalho infantil desde que o país implementou políticas sociais assistenciais (PETI e Bolsa Família), por outro lado ainda há uma concentração bastante relevante da faixa etária entre 14 e 17 anos que precisa ser considerada na estratégia de redução do trabalho infantil. O autor reconhece que políticas públicas para a erradicação do trabalho infantil são importantes, no entanto, o autor conclui em seu estudo que o problema persiste, pois, as medidas para enfrentá-lo não atingem as suas origens. Para corroborar tal constatação, de acordo com a pesquisa realizada por Alberto e Yamamoto (2017), o Brasil assumiu, em dez/2011, no II Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e Proteção ao Adolescente Trabalhador, o compromisso de eliminar, até 2016, todas as piores formas de trabalho infantil e ampliar o número de adolescentes como aprendizes. Ainda dentro do PETI, o Brasil se comprometia a acabar com toda forma de trabalho infantil até 2020. Como resultado, segundo os autores, apesar da avaliação interna positiva e do reconhecimento internacional alcançado pelo PETI como modelo de política pública de enfrentamento ao trabalho infantil, levado inclusive para outros países, a integração que se inicia em 2005 com a junção ao Programa Bolsa-Família prossegue descaracterizando o PETI enquanto política pública de enfrentamento ao trabalho infantil. Na realidade, segundo Alberto e Yamamoto (2017), o que ocorre é um programa de assistencialismo através do bolsa família sem integrar, nem na teoria e nem na prática, as políticas públicas de assistência social com as políticas públicas de educação, já que não se exige dos responsáveis o compromisso de retirar a criança do trabalho, além de gerar um conflito de prioridade, já que o governo investiu em ambas (assistencialismo e educação) paralelamente. Em suma, esses programas assistenciais, supostamente voltados para a educação, não teriam como foco direto a redução do trabalho infantil.

Voltando à Conde (2013), o autor reitera que o debate acerca das soluções para o problema do trabalho infantil é polêmico. Se, para alguns, a questão está na exploração humana, inaugurada com a emergência do modo capitalista de produção, para outros, decorre de desajustes sociais possíveis de serem resolvidos por meio de reformas legislativas e políticas e do avanço da escolarização entre a classe trabalhadora. O autor ressalta ainda em sua pesquisa que a frequência à escola não é suficiente para não trabalhar. Embora existam grandes contingentes de crianças que trabalham e deixam de estudar, a maior parte das crianças que trabalha frequenta uma instituição escolar. Além de observar que, com o avançar da idade, a taxa de escolarização diminui e o número de crianças que trabalham aumenta.

Por fim, Conde (2013) conclui que, ao analisar-se as medidas de enfrentamento ao problema do trabalho infantil no Brasil, percebe-se que a maioria das políticas sociais parte do pressuposto de que a escolarização é a solução para a pobreza (motivo do trabalho infantil), pois, qualificados e escolarizados, os filhos da classe trabalhadora poderiam encontrar emprego e conseguir um melhor rendimento no futuro. Como decorrência desse raciocínio, uma bolsa é concedida à criança trabalhadora para que ela frequente a escola, porém não há um acompanhamento desses indivíduos para que evoluam em sua formação como cidadão e profissionalmente, para que então possam ingressar no trabalho formal através do programa aprendiz legal ou programas similares, ou seja, os jovens permanecem nas ruas trabalhando na informalidade e sem perspectivas. O autor conclui observando que a legislação proíbe o trabalho de crianças, a escola torna-se obrigatória e as políticas de transferência de renda tentam resolver o problema ignorando suas origens estruturais.

Diante disso, há que se questionar sobre os objetivos dos programas assistenciais que atuam sobre essa fatia população: como as propostas das políticas públicas são construídas? Existe participação popular? De onde surgem as ideias? Como utilizar de forma mais efetiva os projetos sociais para que emancipem os indivíduos beneficiados pelos programas assistenciais em referência, sem retirar-lhes a oportunidade de pensar e atuar segundo seus interesses e anseios, respeitando seu lugar de pertencimento grupal e social mais amplo?

De acordo com o Capítulo V do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 2017), a legislação nacional trata o período de infância e adolescência como etapas distintas do desenvolvimento humano, definindo como criança as pessoas com idade entre 0 e 12 anos e adolescentes entre 12 a 18 anos. Conforme o ECA, as crianças e adolescentes gozam dos mesmos direitos fundamentais de não trabalho, ou seja, antes da idade mínima de 16 anos, ressalvando a possibilidade de aprendizagem profissional, a partir dos 14 anos, uma vez que se

encontram em período de desenvolvimento. O termo “trabalho infantil” refere-se às atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 (dezesseis) anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, independentemente da sua condição ocupacional. Para efeitos de proteção ao adolescente trabalhador será considerado todo trabalho desempenhado por pessoa com idade entre 16 e 18 anos e, na condição de aprendiz, de 14 a 18 anos, conforme definido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. A tabela abaixo ilustra as faixas etárias e suas respectivas permissões referente ao trabalho infantil.

Tabela 1: Idade mínima para o trabalho infantil

Idade Mínima	Aprendizagem Profissional	Trabalho Protegido	Trabalho insalubre, perigoso ou noturno
0-13	Trabalho Infantil	Trabalho Infantil	Trabalho Infantil
14-15	X	Trabalho Infantil	Trabalho Infantil
16-17	X	X	Trabalho Infantil

Fonte: Autoria própria, 2020, a partir das informações obtidas no ECA

O Art 68 do ECA (2017), trata que: “o programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.”

“§ 1º Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo”.

“§ 2º A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo”.

Já o Art. 69 ratifica que: “O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros”:

“I – Respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”;

“II – Capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho”.

Mas afinal, qual a contribuição da população infantil para o rendimento familiar? Vejamos as tabelas que seguem:

Tabela 2: Renda per capita familiar

DADOS	PNAD 2015	%
Sem rendimento a < 1/4 SM	421,000	15.8%
1/4 a 1/2 SM	605,000	22.7%
1/2 a 1 SM	912,000	34.2%
1 a 2 SM	518,000	19.4%
> 2 SM	138,000	5.2%
Sem declaração	75,000	2.8%

Fonte: Autoria própria, 2020, a partir dos dados do PNAD/IBGE

Tabela 3: Rendimento do trabalho infantil

DADOS	PNAD 2015	%
Sem rendimento	885,000	33.1%
< 1/4 SM	303,000	11.3%
1/4 a 1/2 SM	384,000	14.4%
1/2 a 1 SM	590,000	22.1%
1 a 2 SM	481,000	18.0%
> 2 SM	11,000	0.4%
Sem declaração	17,000	0.6%

Fonte: Autoria própria, 2020, a partir dos dados do PNAD/IBGE

Tabela 4: Números gerais do trabalho infantil

DADOS	PNAD 2015	%
Geral 5-17 anos	2,672,000	100.0%
5 a 13 anos	412,000	15.4%
14 a 17 anos	2,260,000	84.6%

Fonte: Autoria própria, 2020, a partir dos dados do PNAD/IBGE

Analisando os dados das três tabelas acima concluiu-se, portanto, que o rendimento proveniente do trabalho infantil tem representação relevante para as famílias em maiores condição de pobreza, além de assistirem aos próprios jovens como fonte de renda contínua, seja com relação a sobrevivência ou para a aquisição de bens e serviços, concentrando-se na faixa etária entre 14-17 anos, faixa essa objeto desse estudo .

Com relação à atividade de malabares, segundo estudo realizado pelo Grupo de Estudo e Pesquisa das Artes Circenses da UNICAMP (2011), o malabarismo é uma das técnicas com

mais visibilidade atualmente, tendo se popularizado entre os Artistas de Rua, que vem crescendo desde a década de 80 com a criação das escolas de circo no Brasil. Esse grupo de estudos identificou que, algumas principais razões para a popularização das atividades circenses de malabares seriam:

a) A possibilidade de realizar malabares com vários tipos diferentes de objetos (bolinhas, claves, bastões etc.);
b) O objeto poder ser confeccionado pelo próprio artista;
c) A facilidade de portar, transportar e de se apresentar perante o público;
d) A forma fácil de iniciação, além de não oferecer risco ao artista quando comparado a outras atividades circenses (ex. trapezistas, perna de pau, etc...)

O Ministério do Trabalho, em portaria sua n.397 (2002), estabelece que a atividade de malabares está prevista na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), entendida como modalidade de trabalho artístico, classificada sob o código 3762-40 Artista de Circo – Malabarista. Quanto à formação para exercício da atividade, a CBO descreve que a capacitação deve ocorrer em escolas de circo ou cursos de artes circenses.

A descrição legal das atividades circenses trouxe discussões interessantes para a análise do trabalho infantil de malabares, que performam tais atividades nas ruas em condições precárias sem a oportunidade de capacitação atestada pelas escolas de circo ou cursos afins que visem a qualificação e formação educacional e profissional artística circense.

Marques (2013) fez uma análise detalhada do arcabouço jurídico que ampara a atividade do trabalho infantil artístico em algumas circunstâncias desde que salvaguardados os princípios éticos e morais. Vale mais uma vez relembrar sobre o escopo inicial desse trabalho de pesquisa que procura trazer soluções para o público adolescente trabalhador dos sinais de trânsito, dentre eles os malabaristas de bolinhas e/ou atividades afins, entre 14 e 17 anos. Transcreveremos aqui os resultados da pesquisa de Marques sobre a possibilidade de realização de trabalho artístico por crianças e adolescentes fora das hipóteses previstas no art.7º, XXXIII, da CF/88:

> Por ser o Brasil signatário da Convenção nº 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), incorporada ao ordenamento interno por força do Decreto nº 4.134, de 15 de fevereiro de 2002, as obrigações contidas nessa norma passaram a ser obrigatórias dentro do território nacional, sendo que esse Diploma internacional se integrou ao direito brasileiro com força de dispositivo constitucional. Disso decorre, então a possibilidade da prática de trabalho infanto-juvenil artístico, na medida em que a convenção sobredita deve, pelos princípios expostos, ser cumprida pelo Brasil. Realmente, a possibilidade de realização de trabalho infantil artístico tem como subsídio o permissivo constante do art. 8º, item 1, da Convenção nº 138/73 da OIT, que prevê que: "A autoridade competente, após consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas, se as houver, pode, mediante licenças concedidas em casos individuais, permitir exceções à proibição de emprego ou trabalho disposto no art. 2º desta Convenção, para fins tais como participação em

> representações artísticas.” só deve ser aceito o trabalho infantil artístico se este se adaptar às atividades essenciais ao desenvolvimento da criança e do adolescente. Por outro lado, o art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal apresenta norma de vedação de trabalho, garantindo o direito ao não trabalho a todos aqueles menores de 16 anos, salvo aos maiores de 14 anos, na condição de aprendiz (exceções podem ser consideradas para menores de 14 anos em casos excepcionais sujeito ao crivo da autoridade competente**)**. Assim é que, de acordo com o Ministro do STJ Teori Albino Zavascki, referenciado por Didier Jr.7, existem três subprincípios hermenêuticos para a pacificação dos conflitos de normas constitucionais como no caso sob rubrica, dos quais se destaca um – acrescentando àqueles já citados da menor restrição possível e máxima eficácia –, qual seja: o princípio da necessidade. (MARQUES, 2013, p.1-3, 9)

Segundo Rizzini e Couto (2019), crianças e adolescentes em situação de rua tornaram-se um fenômeno comum para aqueles que circulam pelas áreas centrais das grandes cidades brasileiras, salientando que, embora essa seja uma questão social complexa, ela ainda é marcada pelo ocultamento na agenda política nacional.

Os autores reafirmam existirem diferentes olhares sobre a experiência de vida nas ruas, sendo possível destacar aspectos positivos, relacionados ao acolhimento, a fonte de trabalho e lazer, a liberdade e a tentativa de superação de condições adversas; e aspectos negativos, associados à estigmatização e à marginalização. Ao retratarem as crianças e adolescentes em situação de rua como sujeitos de direitos que se desenvolvem em contextos de extrema pobreza e vulnerabilidade, também reconhecem a importância fundamental das políticas públicas para garantir a oferta de serviços específicos capazes de estimular o desenvolvimento das potencialidades de crianças e adolescentes em situação de rua, contribuindo para que eles alcancem seu desenvolvimento integral.

O estudo de Rizzini e Couto (2019), corrobora o dilema da vida nas ruas, objeto desse trabalho de pesquisa: se por um lado são identificados pontos positivos, que, se trabalhados da forma correta podem gerar frutos para a construção de relações e valorização de suas identidades; por outro lado expõem a situação de vulnerabilidade social vivenciada por esses jovens. Há ainda um terceiro lado: o das crianças e adolescentes que sofrem das mesmas dificuldades e que não vão para as ruas. Segundo Rizzini (2003), nenhuma explicação mais concreta ainda foi dada para esse fenômeno. Ela argumenta que se a maioria desses jovens decidisse por trabalhar nas ruas das grandes cidades da América Latina, estas estariam literalmente invadidas. Tudo isso sugeriria, de acordo com Rizzini, existir uma seleção entre as crianças e adolescentes que partem e as que ficam. Essa decisão dependeria de vários fatores que, a princípio, ainda não foram isolados de forma conclusiva e seguem sendo estudados de maneira sistemática e comparativa.

Os autores acreditam que dentro de suas próprias comunidades podem ser encontradas soluções para a questão de sua ida para as ruas. Eles trabalham com a ideia de um conflito contínuo entre as famílias, a comunidade e a rua: quando os dois primeiros atuam em sinergia, o terceiro perde força. Quando os dois primeiros se encontram enfraquecidos, o terceiro ganha força. Nesse embate constante, ganha quem oferecer melhores condições de segurança e acolhida. Eles concluem enfatizando que quando o espaço da família e da comunidade se torna insuportável, a ida para as ruas pode vir a ser uma escolha racional e lógica, na qual o jovem irá buscar segurança, proteção e afetividade que não encontra nos dois campos anteriores.

As recomendações também se voltam para os profissionais envolvidos no atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua. A importância do cuidado e da escuta, da contínua formação pessoal e capacitação profissional e da criação de espaços de discussão e supervisão sistemáticas são alguns elementos apontados como capazes de transformar as situações de trabalho e aprimorar o atendimento ofertado.

Neste sentido, os estudos levaram a crer que o trabalho infantil não desaparecerá tão rapidamente, os esforços devem ser direcionados para o acompanhamento desses jovens. Recomenda-se então, a criação de espaços de participação e decisão através dos quais esses sujeitos possam expressar suas demandas e se tornar agentes nas decisões que versam sobre suas vidas. Quando a avaliação feita por um jovem trabalhador de rua se modifica, sua relação com a rua também tende a mudar: ele se torna uma pessoa mais autônoma e segura de suas decisões, evidenciando então a evolução na maneira de viver a rua e participar da vida na rua, através de iniciativas continuas que oportunizam o exercício da cidadania, assim como a reinserção social e a construção de projetos de vida para essas pessoas.

4.2.5 A relevância da educação não-escolar e da aprendizagem colaborativa

A defasagem escolar representa um dos grandes empecilhos para que os jovens trabalhadores de rua sejam aceitos nos raros programas de formação profissional existentes. Como consequência, deparam com uma realidade marcada por restritas possibilidades para emancipação do seu ser e de sua classe social, apesar de sonharem com uma cidadania possível para si em para sua comunidade.

Antes de abordarmos a relevância da educação não-escolar para suprir uma lacuna existente na formação de cidadãos em busca do primeiro emprego, é necessário compreendermos o conceito de solidariedade e educação social. Segundo Perrenoud (2005), a importância da solidariedade se dá pelo fato desta não ser espontânea e sim uma conquista contra o egocentrismo e o egoísmo do ser humano pela prioridade que dá a seus próprios

interesses. A solidariedade é uma construção social e cultural, uma conquista frágil da civilização. Para Perrenoud (2005), a solidariedade se desenvolve em uma sociedade quando pelo menos três condições são atingidas:

1. O princípio da solidariedade deve fazer parte das ideias e dos valores centrais da maior parte dos indivíduos. Cada um deveria saber não apenas do que se trata, mas acreditar firmemente nele, incorporar e praticar solidariedade;

2. Deve existir uma forma de reciprocidade, pelo menos a meio-termo. Apenas um "santo" (Perrenoud (2005, p.89) poderá dar sem jamais receber nada, certamente porque a alegria de dar dispensa-o de outras satisfações. A maior parte dos seres humanos comuns não pode ser permanentemente solidária em sentido único sem haver reciprocidade.

3. A solidariedade não é sempre dada por antecipação; ela é obtida à custa de lutas individuais e sociais. Nenhum ser humano pode viver sozinho, fora de qualquer comunidade. Pertencer a grupos sociais, é um princípio não apenas de nossa sobrevivência material, mas também de nossa identidade, de nosso desenvolvimento intelectual, de nosso equilíbrio afetivo.

Perrenoud resume então da seguinte forma: não se trata de criar uma disciplina, que chamaríamos de educação para a solidariedade, concedendo-lhe uma hora por semana na grade horária. A educação para a solidariedade é questão de todas as disciplinas, de todos os educadores, de todas as etapas de estudo: da pré-escola, da socialização, da aprendizagem cooperativa, do respeito ao outro e da formação profissional. Daí a importância de um método de ensino colaborativo, a ser desenvolvido por esse trabalho de pesquisa, onde seja possível colocar em prática a aprendizagem de direitos humanos, complementando a educação formal escolar, estimulando a pluralidade de ideias de diferentes educadores.

Já a metodologia da educação social remonta aos estudos dos alemães Mager e Diesterweg, por volta do ano de 1900. Esse modelo de ensino-aprendizagem pressupõe a articulação entre os saberes teóricos e os saberes advindos da prática do mundo da vida cotidiana, com o fim de arrefecer as situações de vulnerabilidade dos indivíduos com necessidade de proteção assistencial.

Para que a educação para a solidariedade se disseminasse de forma orgânica, o educador social poderia desempenhar papel relevante nessa jornada. Oliveira (2007), cita que o movimento pela educação social vem desde meados da década de 1990, ocupando espaços na sociedade e na comunidade acadêmica. Seus antecedentes históricos incluem outro movimento pedagógico, com protagonismo das ciências humanas: a Educação Social de Rua (ESR), que constitui marco importante na história da pedagogia social no Brasil. A prática do ESR mostrou

se fazer necessário ter cuidado para não invadir o mundo do menor além de não ultrapassar o espaço vital da criança, que é real, se ela não quiser. A ideia não era ter um projeto já elaborado, mas construir um projeto com a criança. O estudo de Oliveira (2007, p.146) mostrou que o mais importante não era o "vamos para a rua para tirá-los da rua", mas sim o "vamos para a rua para criar uma relação efetiva e pensar e discutir, com a criança, a situação delas nas ruas e se nós vamos propor algo". Se a criança aceita o "namoro" o educador começa a construir a confiança, a partir daquele com quem se estabelece a primeira relação, e com o resto do grupo.

Ainda segundo Oliveira (2007), atividades educativas, parte importante deste processo, funcionam não só como experiências coletivas fundamentais, mas como um meio para fortalecer o vínculo com os jovens e adquirir influência em suas vidas. As atividades educacionais se realizavam em espaço não escolar. Essa metodologia, necessária pela inexistência de salas de aula formais, eventualmente passa a ser uma escolha para os encontros pedagógicos, o que implica criatividade, pois a abordagem é diferente do ambiente contido, da sala de aula. Com o passar do tempo a ESR foi se enfraquecendo com poucos educadores sociais que seguem trabalhando, em caráter precário e sem grande apoio estrutural. As Organizações Não Governamentais (ONGs) passam então a exercer um protagonismo, ocupando grande espaço na defesa das crianças e adolescentes, e têm papéis diversificados. A multiplicação dessas ONGs trabalhando com crianças na rua gerou, por um lado, uma presença maior da sociedade civil na atenção às crianças e adolescentes e daí a oportunidade desse trabalho de pesquisa em capitalizar sobre esse momento.

Com o enfraquecimento da ESR e o crescimento das ONGs, Severo (2015), explora em seu estudo o conceito de Educação Não Escolar (ENE), com um objetivo estruturado de práticas educativas para além dos limites da escola. Segundo Severo (2015), é importante não confundir a ENE e a Educação Não Formal (ENF). Esta última se constitui em categoria conceitual descritiva cuja aplicação serve para setorizar o fenômeno educativo, ao lado Educação Formal (EF) e da Educação Informal (EI). Compreende-se que a ENE pode ser definida como uma categoria temática que engloba práticas consideradas formativas situadas fora da escola. A ENE é, portanto, mais adequada para se referir aos espaços educativos em que ocorrem processos não formais e informais, embora em alguns casos seja possível reconhecer atividades formais que se desenvolvem fora da escola, em contextos não convencionais. Do mesmo modo, a escola pode ser cenário de atividades educativas não formais, como ocorre no caso das práticas de educação social em instituições escolares, por exemplo: oficinas musicais, artísticas, esportivas e de extensão comunitária.

Severo (2015) conclui que, com base nesse ponto de vista, a ENE consistiria na designação de espaços, contextos ou âmbitos sociais e institucionais distintos da escola em que práticas educativas estejam sendo desenvolvidas considerando os modelos formais, não formais e informais, nos diversos níveis de inter-relações que se supõe existirem entre esses modelos. Assim, sua funcionalidade conceitual se aplica diante da necessidade de denominar contextos de ação educativa, e não sumariamente descrever práticas educativas, uma vez que, para esta última tarefa, recomenda-se o uso das categorias descritivas (práticas) do fenômeno educativo: EF, ENF e EI, embora na maioria dos casos, as situações de ENE coincidam com processos não formais de educação.

Segundo Fuhrmann e Paulo (2014), a formação integral, composta pela educação formal, não formal e social, se tece por meio de uma complexa articulação entre saberes e práticas educativas com objetivo de desenvolver nos indivíduos aptidões e competências emocionais, sociais e políticas, em diversificados espaços de aprendizagem. Para isso, são necessárias políticas educacionais integralizadas que se ocupem de forma homogênea da indissociabilidade dos três níveis de desenvolvimento e formação humana, tanto para os educandos quanto para os educadores. Complementar à educação curricular, entende-se por educação não escolar as atividades pedagógicas exercidas numa perspectiva da educação social, da educação não formal e da educação informal. Não tem por objetivo principal o ensino curricular/ disciplinar, mas o despertar das potencialidades do indivíduo de acordo com o seu ciclo de vida, fortalecendo-o para a vida em sociedade a partir da consciência de cidadania.

Aprofundando um pouco mais sobre as potencialidades dos indivíduos e da formação do coletivo, de acordo com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humano (PNEDH, 2020), a educação não-formal em direitos humanos orienta-se pelos princípios da emancipação e da autonomia. Sua implementação configura um permanente processo de sensibilização e formação de consciência crítica, podendo ser compreendida como: a) qualificação para o trabalho; b) adoção e exercício de práticas voltadas para a comunidade; c) aprendizagem política de direitos por meio da participação em grupos sociais; d) educação realizada nos meios de comunicação social; e) aprendizagem de conteúdos da educação formal em modalidades diversas; f) educação para a vida no sentido de garantir o respeito à dignidade do ser humano.

Nesse cenário, a ENE se converteu num potente meio de operacionalização da concepção de que não se aprende exclusivamente em única fase da vida, nem sob a orientação de um currículo reduzido às aprendizagens escolares. Daí a importância da ENE como um acelerador e complementador contínuo da formação social e profissional da população em

vulnerabilidade social a partir da educação e prática dos direitos humanos em ambientes colaborativos, em prol da comunidade e da emancipação individuo-coletiva.

Quadro 3: Comparação entre educação formal, educação não formal e educação Informal

DIMENSÃO	FATOR	CARACTERÍSTICAS DA APRENDIZAGEM/EDUCAÇÃO		
		FORMAL	NÃO FORMAL	INFORMAL
PROCESSO	1. Relação professor/aluno	- hierárquica (g,h,i) - fixa (i) - centrada no educador (k,n,v,x) - pode ser repressiva (q) - assimétrica (t) - autoridade do educador (y)	- menos hierárquica (t) - mais informal (i,t) - papéis não fixos (i) - relação de apoio (q) - centrada no aprendiz (i,**k**,**n**,o,u,**x**)	- não há professor envolvido (y) - autonomia do aprendiz (q) - centrado no aprendiz (v)
	2. Avaliação	- aprendizagem avaliada (k,n,q,t,v,x,y) - sistema competitivo (n) - avaliação sumativa (y) - avaliação medindo a proficiência (t)	- normalmente não é avaliada (q,v,y)	- não é avaliada (v,y)
	3. Aprendizagem coletiva ou individual	- predominantemente individual (n,s,x,y) - pouca valorização dos aspetos sociais (k)	- coletiva (e,t,**o**) - colaborativa (e,**n**) - centralidade dos aspetos sociais (e,**k**,**m**,**x**) - também pode ser individualizada (t)	- comunitária (y)
	4. Abordagem pedagógica	- transmissão e controle (y)	- referenciais behavioristas ou cognitivistas (j) - referenciais construtivistas (**f**,i) - construção social do conhecimento (**f**) - observacional e participatória (**r**, **z**)	- negociada e centrada no aprendiz (y)
	5. Mediação da aprendizagem	- por profissionais especializados (e,l,aa) - pelo professor (e,k,n,q,x,aa) - através da autoridade de agentes (y)	é mediada (q,u,**x**) - pelo outro (e) - pelo aprendiz (**k**,n,**x**)	- as pessoas próximas (e, ab) - a mídia (e) - o próprio (ab) - não tem mediador (q,aa) - democracia entre os aprendizes (y)
	6. Aprendizagem tácita ou explícita	- explícita (y)		- implícita, pode não ser reconhecida pelos próprios (e,g,w,y)
	7. Aprendizagem contextual ou generalizável	- fora de contexto (r,t) - generalizável (r,s,y) - padronizada (v)	pela flexibilidade há mais possibilidades de: - interdisciplinaridade (t) - contextualização (**r**,t,u,v,y)	- intrinsecamente contextualizada (o,r,v,y)
	8. Papel da emoções		- tem uma componente emocional (d,e)	- forte componente emocional (e,m)
CONTEÚDO	9. Natureza e tipo de conhecimento	- não aplicável de imediato (i) - padronizado (r) - simbólico (r) - proposicional (y) - mental (r) - não derivado dos sentidos (s)	- prático (i) - sensorial (d) - tradicional (r) - motor (d) - mental (d) - lúdico (d)	- prático (y, e) - processual (y) - tradicional (r) - sensorial/experiências (e) - mental/memória (e)
	10. Estatuto do conhecimento	- estatuto elevado (y) - valorizado (k,r)	- subvalorizado (**k**,w) - com pouco valor no mercado de trabalho (w)	- baixo estatuto (y) - pouco valorizado (k,r)
	11. Localização	- instituições de educação ou treinamento: escolas, universidades etc. (b,e,f,i,j,p,q,t,v,w,y,ab) - sala de aula (k,x) - institucionalizada (b,c,g,h,k,o,ab)	- fora do quadro do formal (b,i,j,**k**,**m**,q,t) - instituições próprias: museus, zoos... (**a**,e,**f**,j,q,**z**) - espaços das trajetórias dos indivíduos: ONGs, igrejas, associações, partidos... (**a**,e,p,**r**,w) - institucionalizado (**o**,ab) - espaços flexíveis (p)	- no cotidiano, em todo o lado (b,e,g,q,t,ab) - na comunidade (v) - fora das instituições (ab)
ESTRUTURA	12. Grau de planejamento e de estrutura	- muito estruturado (b,e,j,k,n,o,p,q,t,v,x,y) - currículo prescrito (e,n,t,v,x,aa) - planejado (k,q,y,ab) - fechado (k,n,x)	- estruturado (b,g,q,t,v,y) - organizado (c,g,h,p,t) - sistemático (c,g,h,i,p) - planejado (g,q,y,ab) - flexível (i,q,v,y) - sem currículo ou com currículo de escolhas (i,t,v) - não organizado em séries, idades... (e)	- não estruturado (b,i,k,n,o,q,x,ab) - não organizado (e,i,aa,ab) - não sistemático (e) - não planejado (g,i,k) - flexível, orgânico (v,y) - sem currículo (n,v,x,aa) - aberto (k,n,x) - espontâneo, fortuito (i,j,k,q,t)
	13. Determinação dos objetivos e resultados	- controlo externo (g,k,p,v,ab) - determinação externa (c,e,k,p,y,aa) - regulamentado por lei (e,k,p) - burocrática (p)	- controle tipicamente mais interno (g,u,**v**,**y**) - menos burocrática (p)	- sem controle externo (k,aa) - controle interno e democrático (u,v,y) - não legislado (k)
	14. Duração/tempos da aprendizagem	- sequencial (c,e,g,i,k,n,p,q,t,v,x) - contínuo (v,ab) - duração longa (e,v) - tempos fixos: horários, etc. (t,y)	- duração variável (p) - aberto, flexível (p,t,y) - focado no presente (u) - tempo parcial, curto (v,ab)	- constante, permanente, ao longo da vida (c,e,g,t)
	15. Tipos de grupos	- grupos homogêneos (n)	- grupos heterogêneos (n)	- grupos heterogêneos (n)

Mediação

Futuro

Futuro

DIMENSÃO	FATOR	CARACTERÍSTICAS DA APRENDIZAGEM/EDUCAÇÃO		
		FORMAL	NÃO FORMAL	INFORMAL
PROPÓSITO	16. Intencionalidade do professor/aluno	- intencionalidade do aluno e do professor (b,c,p,t,w,y,ab) - obrigatório (g,k,n,q,x) - motivação por vezes extrínseca (q)	- intencional (b,c,e,g,j,j,**o**,t,ab) - voluntária (**a**,d,e,i,j,**k**,**n**,t,x) - motivação tipicamente intrínseca (c,d,f,j,**o**,q,t)	- pode não ser intencional, incidental (b,w) - sendo intencional a motivação é intrínseca (c,e,q,u,y)
	17. Certificação	- certificadora (b,c,e,g,k,v,y,aa) - acesso a titulação (e,w,aa,ab)	- em geral não é certificadora (b,p,v,w) - sem qualificações ou com qualificações não reconhecidas (ab)	- não há certificação ou qualificação (v,aa)
	18. Interesses endereçados	- cultura dominante (r,y) - padronizado (j)	- endereçada e adaptada a subgrupos específicos da população (g,h,i,t,u) - dá condições de desenvolvimento do grupo (e) -fortemente associada a diferenças sócio-econômica, gênero e identidade étnico-religiosa (g)	- interesse de grupos oprimidos (y) preserva a diferença (y)
	19. Objetivos da aprendizagem	- tem objetivos claros e específicos (p,t) - formar o indivíduo como um cidadão ativo, desenvolver habilidades e competências várias, desenvolver, criatividade, percepção, motricidade (e) - aprender para manter o status quo (y)	- conteúdos e objetivos adaptados ao grupo específico em questão (i,t,u)	- sem objetivos definidos (e,g) - aprender para a resistência e empoderamento (y)
	20. Estatuto educativo	- educação (y, ab) - aprendizagem é o propósito principal (y)	- educação (y) - aprendizagem é o propósito principal (y)	- pode não ser considerada educação (y) - aprendizagem é secundária, não é o proposito principal (e,g,w,y)
	21. Medição dos resultados	- resultados mensuráveis (x,y) - poucos resultados não previstos (k,x) - os resultados não previstos não são considerados (n)	- muitos resultados imprevistos (**k**,**n**,**x**,y) - difícil de medir os resultados (**k**,**x**,y)	- muitos resultados imprevistos (k,n,x,y) - difícil ou impossível de medir os resultados (k,x,y)
Legenda das referências	a - Rennie, Stocklmayer (2003); b - Alves, Passos, Arruda (2010); c - Passos, Arruda, Alves (2012); d - Bizerra, Marandino (2009); e - Gohn (2006); f - Anderson, Lucas, Ginns (2003); g - Belle (1982); h - Brennan (1997); i - Etlng (1993); j - Chagas (1993); k - Wellington (1990); l - Falk (2002); m - Rodari (2009); n - Griffin (1994); o - Marsick, Watkins (2001); p - Gadotti (2005); q - Eshach (2007); r - Martin (2004); s - Resnick (1987); t - Cazelli, Costa, Mahomed (2010); u - Heimlich (1993); v - Marandino (2008); w – União Europeia (2000); x – Ramey-Gassert, Walberg, Walberg (1994); y - Colley, Hodkinson, Malcom (2002); z - McCallei et al. (2009); aa - Eraut (2000); ab - UNESCO (2011). Negrito: referências que consideramos caracterizar o não formal, mas no original estavam alocadas às definições de informal, no binômio formal-informal.			

Futuro

Fonte: Informação obtidas de Marques e Freitas (2017).

Analisando os dados destacados em verde do quadro acima, sobressaiu-se características das modalidades de educação não formal e informal (mais de longo prazo – futuro) que possuem como principal pilar a aprendizagem cooperativa, sendo esta, uma técnica ou proposta pedagógica na qual indivíduos ajudam-se no processo de aprendizagem, atuando como parceiros entre si e com o educador, com objetivo de adquirir conhecimento sobre dado objeto, e de forma participativa, interativa, interdisciplinar, com heterogeneidade de pensamentos e críticas construtivas. Destacou-se também a importância do papel do mediador, que se inicia com colaboradores voluntários que transformarão e transferirão conhecimentos tácitos em conhecimentos explícitos para a população vulnerável (no caso desse estudo, os jovens trabalhadores dos sinais de trânsito), na busca da autonomia do aprendizado.

Como pontos fracos da educação não formal e informal (destacados no quadro acima em vermelho) notou-se a falta de um currículo acadêmico formal, com dificuldade de medição e acompanhamento dos resultados atingidos, o que acaba afetando o acesso ao mercado de trabalho formal. Esse trabalho de pesquisa propôs mitigações para esses pontos como por exemplo a atestação por parte dos mediadores de um currículo oculto e emancipador além da construção de métricas realistas e um programa de reconhecimento pelos resultados individuais e coletivos atingidos.

Dando prosseguimento à importância do aprendizado colaborativo, segundo Moran (2015), o conhecimento é considerado um construtor social e, para que seja construído de forma

cooperativa, precisa apoiar-se na responsabilidade individual em benefício do coletivo; no entendimento de quem ninguém terá sucesso, a não ser que todos tenham, ou seja, o todo é maior do que a soma das partes individuais; no desenvolvimento de habilidades interpessoais, que serão necessárias em outras situações de vida dos indivíduos; e que , finalmente , seja algo interessante e divertido.

Essa proposta de educação é típica do que chamamos de metodologias ativas, ou aprendizagem por meio de projetos, que corresponde a esse novo mundo onde tudo se integra. Moran (2015, p.3) reitera que: "As metodologias precisam acompanhar os objetivos pretendidos. Se queremos que os alunos sejam proativos, precisamos adotar metodologias em que os alunos se envolvam nas atividades (...)". As relações entre conteúdos e as áreas de conhecimento são efetivadas por diferentes atividades que se desenvolvem durante um projeto, ajudando os participantes a serem conscientes de seu processo de aprendizagem. Desta forma, a função do projeto é favorecer a criação de estratégias de organização de conhecimentos, que auxiliem na relação entre os diferentes conteúdos para solução de problemas com clareza de objetivos. A construção do saber se dá de forma intuitiva e experimental. Trabalhar com projetos possibilita tornar a prática educativa mais dinâmica e contextualizada através de estudo de casos reais além da utilização de interdisciplinaridade; favorecendo a autonomia e autodisciplina dos indivíduos, ou seja, aprendendo a aprender continuamente na busca de soluções para seus próprios problemas, onde o educador desempenha um papel de mediador.

Durante esse subcapitulo, percorreu-se pesquisas "estado da arte" que problematizassem, por diferentes ângulos, o problema investigado por esse trabalho acadêmico. Concluiu-se, portanto, que é possível corroborar a hipótese a ser provada pelo projeto piloto proposto, que tem como objetivo geral propor alternativas de educação complementar, através da educação não escolar, para que possa ser suprida, a curto prazo, parte da lacuna da invisibilidade existente e falta de perspectiva profissional dos jovens trabalhadores das ruas.

4.3 **Etapa 3: Buscar informações através de iniciativas do terceiro setor**

Em uma de suas diversas pesquisas sobre o tema do trabalho infantil nas ruas, Rizzini (2003) reafirmou a importância de reconhecer e fortalecer as competências dos usuários de projetos assistenciais para que se entenda a associação entre atendimento e desenvolvimento sustentável. A longa experiência de ONGs com projetos assistenciais demonstra que jovens podem transformar-se em atores em busca de alternativas à sua condição de marginalidade somente quando as capacidades por eles já adquiridas, dentro e fora das ruas, sejam

verdadeiramente levadas em consideração. Esses sujeitos, apesar de privados de várias oportunidades, ainda fazem escolhas e adotam estratégias associadas a elementos pessoais e sociais. É de extrema importância entender o grau de heterogeneidade da população em estudo, considerando que esta diversidade influenciará, inevitavelmente, na intervenção a ser efetuada, qualquer que seja a iniciativa. É exatamente sobre a questão referente ao grau que as pessoas podem desenvolver suas próprias direções na vida, que se definem estratégias de desenvolvimento social sustentável, individuais e coletivas. A sustentabilidade de um projeto social, implica, assim, que o potencial dos atores possa estar inscrito no próprio objetivo. A sustentabilidade depende da autonomia dos indivíduos, em outras palavras, de suas capacidades. Isso implica que a intervenção deveria estar associada ao desenvolvimento de competências daqueles que veem suas capacidades limitadas pelo tipo de estrutura social em que vivem.

Nessa etapa da pesquisa, aplicou-se método de pesquisa participativa ativa conjugado com entrevistas não estruturadas focadas nas seguintes perguntas: 1) Que tipo de trabalho social é oferecido hoje pela instituição? 2) Qual o público alvo? 3) O que vocês precisam em termos de prioridade? 4) Quais as limitações impostas pelo Covid19? 5) Qual a opinião sobre a tecnologia social que está sendo desenvolvida por esse trabalho de pesquisa? 6) Teriam interesse em participar em um projeto piloto? 7) Quais as tecnologias e infraestrutura hoje disponíveis e o que precisa ser melhorado para viabilizarmos o projeto piloto? 8) O projeto piloto pode ser realizado de forma virtual?

Após finalização das entrevistas os resultados foram estruturados com técnicas de Análise de Conteúdo de Bardin (2011) conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 4: Resultados das entrevistas com o terceiro setor

Instituição	Website	Sumario das entrevistas
Circo Vira Mundo	https://www.circoviramundo.com.br/	Já existe uma escola física em São Paulo que oferece aulas de português, música, dança, teatro, noções de finanças, produção e direção artistica, sessões de coaching de carreira, além de muito circo. Meu projeto de pesquisa encontra total sinergia com o projeto lona protetora e visa expandir o memso para o Rio de Janeiro. A gestora e fundadora da ONG está de acordo. Fariamos um piloto atraves de um sistema hibrido de aulas (virtuais e/ou presenciais) na comunidade da Maré através de parceria com a ONG "Redes da Maré"
Circo Vira Mundo	https://www.circoviramundo.com.br/	Projeto complementar ao Lona Protetora que visa angariar fundos para implementação das ideias. Meu projeto dará publicidade ao "Adote um artista" através da Atados.com e divulgações corporativas (Shell, Oi, Vivo, Tim, Globo, etc...)
Noiz	http://noizprojetosocial.org/	Pos covid, a prioridade é a reforma da sede, aulas de reforço escolar, o projeto caixote do saber (mini biblioteca itinerante) o projeto Nóiz Gradua que é um vestibular social e o Arte na Comunidade, porem o gestor está aberto a novas formas de capacitação profissional, e apreciou muito o projeto "adote um artista". Modelo de ensino pode ser hibrido (presencial + virtual) já que dispõe de espaço fisico, com uma TV e conexão com internet mas bastante instavel. Estão montando sala de tecnologia (que terá 8 computadores e capacidade para aulas EAD), com auxilio de um patrocinador mas que está com dificuldade de continuidade. A divulgação e triagem de participantes hoje é feita através de inscrições na redes sociais, grupos das comunidades , associações . O gestor reforça o cuidado com relação ao estimulo do trabalho infantil. Precisamos estar resguardados com base na legislação vigente e ECA
Redes da Maré	https://www.redesdamare.org.br/br/info/42/nenhum-a-menos	Ficou acordado com as gestoras a implementação de projeto piloto para continuidade da formação dos adolescentes oriundos do projeto "Nenhum a Menos". A formação poderia ser feita virtualmente ...com foco em construção de projeto de vida e linguagem circense para apresentações e geração de renda. É preciso suporte para que as adolescentes tenham acesso a internet - apoio financeiro para créditos/ chip 4G/ notebook (talvez existam voluntários com equipamentos bons e parados...) e apoio de maquiagem e figurino
Circo Crescer e Viver	https://www.circocrescereviver.org.br/	O criador / fundador acredita que o objetivo principal do projeto é o de proporcionar, através de uma intervenção educativa, onde o circo é o caminho viabilizador, os valores que o circo pode trazer, não apenas de cunho profissionalizante mas, principalmente, em uma perspectiva de inclusão social.
ADJ -Autoridades de Jesus	https://www.facebook.com/adj.autoridadedejesus	Em contato com o gestor, as prioridades no momento são: 1) quentinhas e cestas basicas 2) continuidade as obras do abrigo 3) angariar fundos para fabricação de vassouras . Equipamento já foi adquirido.

Instituição	Projetos ou Pilares	Observações
Circo Vira Mundo	Lona Protetora	Projeto Lona Protetora, uma iniciativa que tem como objetivo capacitar, proteger e incluir jovens invisíveis para a sociedade; cuidando de sua formação humanística, ética, artística e empreendedora, acreditando na formação de jovens como a base do desenvolvimento social do país e por isso o projeto inteste na capacitação dos indivíduos que necessitam de oportunidades para criarem autonomia, aumentando sua autoestima através de construção de relacionamentos. Esses jovens artistas serão os modelos de sucesso para outros jovens e crianças da comunidade, que poderão também seguir esse caminho de luz e sucesso. Minimiza a desigualdade e promove a inclusão e a equidade de jovens à margem da sociedade. Proporciona a descoberta de habilidades físicas, a expressão artística, a criação e a socialização! Por estarem sob a Lona Protetora, a rotina de violência das ruas ficará mais distante. Nasce então a perspectiva da formação profissional e ascensão social.
Circo Vira Mundo	Adote um artista	
Noiz	Amar, educar , profissionalizar	A Organização acredita nas pessoas e na evolução/emancipação delas através da educação, cultura, esporte e capacitação. O foco não é assistencialismo nem doaçções pois muitas vezes s doações cauam um sentimento de frustração quando expostos a algo momentaneo e que não faz parte de suas realidades. Ou, pelo menos , deveria atendender a todos de forma igual (durante camapnha por exemplo)
Redes da Maré	Nenhum a menos	O trabalho é focado na construção do vínculo entre alunos, família e escola tem uma proposta múltipla, que inclui melhoria da aprendizagem formal, valorização do ambiente escolar e também apoio de assistência social às famílias.
Circo Crescer e Viver	Circo Social	Contribuem para o desenvolvimento de habilidades criativas, artísticas, físicas e socioemocionais de crianças, adolescentes e jovens, utilizando o circo e outras linguagens artísticas e culturais como ferramenta pedagógica (não-formal) de educação complementar, auxiliando-os na construção de competências que os tornem sujeitos das práticas do: conhecer; conviver; fazer; ser; e para que se constituam em agentes de mudanças das suas vidas.
ADJ -Autoridades de Jesus	Reabilitação de dependentes de drogas	Resgate, Reabilitação, re-inserção social e evangelização de ex usuarios / dependentes de drogas da comunidade da cidade de Deus

Instituição	Projetos ou Pilares	Observações
Sonhando Acordado	Preparando para o Futuro (PPF)	Programa busca formar adolescentes, entre 12 e 18 anos oriundos de famílias de baixa renda e baixa qualificação profissional, durante esta etapa de transição, construção de identidade e decisões. Por meio da construção de uma relação de confiança, queremos despertar o autoconhecimento e autoestima dos adolescentes para que reconheçam e desenvolvam seus talentos e oportunidades. Fazemos isso por meio de atividades lúdicas e informativas que despertam uma consciência para o empreendedorismo e protagonismo social, visando prepará-lo para assumir uma atitude responsável sobre sua carreira e vida pessoal.
Shell	Iniciativa Jovem	Lançado em 2000, o Shell Iniciativa Jovem estimula e capacita empreendedores para a criação de negócios sustentáveis e de impacto social. Reconhecido pela UNESCO, o programa já contribuiu para a geração de mais de 1.300 empregos no Estado do Rio.
Atados	Saber Dividir	O Atados é uma plataforma social online que conecta pessoas à oportunidades de voluntariado em causas sociais.
Colégio Cruzeiro Ação Social	Gestão Social	Organizar-se comunitariamente, transformando a comunidade local em um lugar melhor e mais igualitário para se viver. Esse compromisso com o bem-estar da sociedade é uma das principais metas do Núcleo Gestão Social, que tem como principal objetivo o protagonismo juvenil por meio da promoção de projetos de gestão social, que visam criar empreendimentos inovadores nas áreas social, cultural, econômica e/ou ambiental
O Amor é Assim	Noticias, fatos e ações e frases que exmpessa amor	Quando procuramos por notícias positivas nos jornais e na internet, descobrimos que elas existem, mas não possuem o mesmo destaque e frequência das negativas
Associação de Moradores e Amigos de Vila Canoas	Bolsa Qualifica Brasil	O projeto bolsa qualifica Brasil oferece cursos diversificados em formato presencial paras as comunidades das canoas, vidigal e rocinha, porem estão suspensos devido a pandemia do Covid sem data de retomada.
Nave do Conhecimento	“Informática Básica para o Mercado de Trabalho" e "Informática na Vida Prática"	Democratizam o acesso ao universo digital em ambientes colaborativos e criativos. Oferecem oficinas, cursos e eventos relacionados à Informática Básica, Economia Criativa, Tecnologias da Informação, Robótica e Programação, Trabalho e Empreendedorismo.
Pretas Ruas	Mães para as Ruas	Criar uma rede de apoio e solidariedade com mulheres em situação de vulnerabilidade, visando o despertar de seus talentos e habilidades, capacitando-as profissionalmente para que sejam protagonistas de suas vidas

Instituição	Website	Sumario das entrevistas
Sonhando Acordado	http://sonharacordado.org.br/programas/	Em março desse ano conversei com a lider regional do programa "Preparando para o Futuro". Fariamos um piloto na Cidade de Deus onde ahavia encontros todos os sábados. A pesquisa de meu projeto tinha total aderência a agenda de prioridades so sonhando acordado, porém todas as iniciativas presenciais foram interrompidas e a agenda de empreendedorismo foi temporariamante desviada para ações de solidariedade voltadas a minimizar os impactos imediatos gerados pela pandemis. Venho mantendo contatos constantes com a gestora para darmos continuidade ao planejamanto de nosso projeto . Essa oportunidade ficará mapeada como Trabalhos futuros para expansão da rede
Shell	https://www.shell.com.br/energia-e-inovacao/inspirando-inovacao/iniciativa-jovem.html	Em contato com o gestor do programa foi informado que as prioridades no momento são projetos de energia sustentavel, educação cientifica e empreendedorismo. O programa abre inscrições todos os anos em Agosto. Para que nosso projeto de pesquisa seja competitivo dentro da categoria empreendedorismo, se afz necessário primeiro que façamos um piloto através de uma ação social, capacitemos os agentes de mudança e darmos publicidade para que o projeto se torne visivel e atraia interesse de patrocinadores. O iniciativa jovem será mapeado como Trabalhos Futuros, em uma segunda fase desse projeto de pesquisa
Atados	https://ovp-shell.atados.now.sh/	Diante do desafio imposto pela pandemia do Covid-19, Atados e Saber Dividir se unem numa parceria que tem o intuito de dar continuidade à cultura de colaboração e ao fortalecimento de uma rede de agentes de transformação. Em contato com o gestor e com o patrocinador, ficou acordado que daremos publicidade ao projeto . com o objetivo de agregar voluntarios e recursos
Colégio Cruzeiro Ação Social	https://acaosocial.colegiocruzeiro.com.br/Gestao-Social	Em contato recente com a gestora fomos comunicados que as ações estão suspensas. O ultimo mutirão social ocorreu em espaço publico em 2019, mas devido a restrições impostas pela pandemia, as ações estão sem data para serem retomadas.
O Amor é Assim	https://oamoreassim.com.br/	Não se trata de uma ONG mas sim de veiculo de comunicação de mensagens e ações positivas, de solidariedade e gentileza. Em contato com o fundador, ficou acordado que usaremos esse canal para dar publicidade eo projeto
Associação de Moradores e Amigos de Vila Canoas	https://www.facebook.com/pages/category/Community/Associa%C3%A7%C3%A3o-de-moradores-e-amigos-de-vila-canoas-520410451664779/	As duas lideres da comunidade encontram-se em recuperação do Covid e inspiram cuidados. a Comunidade no momento foca em projetos associados a diminuição dos impactos da pandemia
Nave do Conhecimento	https://navedoconhecimento.rio/prefeitura-do-rio-reabre-naves-do-conhecimento/	Reabriu para atividades em 14/09 devido a pandemia com cursos online, em sua maioria de informatica e profissionalizantes. Aulas presenciais ainda são muito limitadas. É um projeto da prefeitura , ou seja, com um grau de dificuldade maior de adesão. Requer ainda infraestrutura de informatica não disponivel para grande parte dos moradores das comunidades que esse projeto visa atingir. Fica como oportunidade de projetos futuros
Pretas Ruas	https://www.instagram.com/pretas_ruas/	Estão em busca de parceiros que tenham espaço fisico para preparo das refeições. O publico alvo é de mulheres negras. Necessaria capacitação em gestão financeira. Tem o mesmo objetivo principal desse projeto de pesquisa, porém com um publico alvo (mulheres negras vulneraveis) e produto final (culinaria) distinto. As lideres dos projetos não poderiam nesse momento desviar do objetivo principal para focar em um novo projeto

Fonte: Autoria própria, 2020.

Consolidando e estruturando as informações capturadas durante as conversas, foram destacados os seguintes pontos em comum em ordem de prioridade (vide quadro a seguir):

Quadro 5: Prioridades levantadas nas entrevistas

Prioridades das ONGs	Escala de prioridade
Construção de rede de solidariedade	1
Reinserção e formação social	
Foco na educação não escolar	2
Públicos específicos	3
Captura de parcerias e recursos	
Empreendedorismo	
Capacitação profissional sustentável	4
Aulas online devido a restrições ocasionadas pela pandemia	

Fonte: Autoria própria, 2020.

As prioridades capturadas durantes as entrevistas serviriam de insumos para o método de tecnologia social a ser desenvolvido por esse trabalho de pesquisa. Durante os contatos com as ONGs, foi descoberto o lindo projeto de Lia Rossi, iniciativa que possui enorme similaridade com o problema e objetivo dessa pesquisa. Vejamos a seguir:

Figura 2: O projeto cultural Lona Protetora



Fonte: https://www.circoviramundo.com.br/

A ONG Lona Protetora tem como objetivo principal capacitar, proteger e incluir jovens marginalizados pela sociedade e cuidar de sua formação humanística, ética e artística, através da prática das atividades circenses. O projeto acredita na formação de jovens como a base do desenvolvimento social do país e por isso investem na capacitação de jovens talentos que necessitam de oportunidades para a reconstrução da cidadania. Como pode-se notar, tal projeto tem uma enorme semelhança aos propósitos definidos por esse trabalho de pesquisa, que tem

como objetivo geral promover a visibilidade social, inclusão e oportunidades para adolescentes trabalhadores de rua, por meio de tecnologias sociais aplicadas em espaços não escolares onde os jovens possam relacionar suas demandas à uma resposta prática.

A ONG oferece aulas de português, música, dança, teatro, noções em finanças, produção e direção artística e sessões de coaching de carreira, além, é claro, de muito circo. Por estarem sob a Lona Protetora, a rotina de violência das ruas ficará mais distante. Nasce então a perspectiva da formação profissional e ascensão social.

O circo representa, conforme a idealizadora do projeto, associação à força, à coragem, à auto-superação e à superação de limites físicos e morais misturados com a magia e o encantamento. Uma grande metáfora para as dificuldades enfrentadas na periferia. Esses jovens artistas serão os modelos de sucesso para outros jovens e crianças da comunidade, que poderão também seguir esse caminho de luz e conquistas.

O projeto, objeto desse trabalho de pesquisa, encontrou total sinergia com o projeto Lona Protetora detalhado acima, e visa expandir o mesmo para o Rio de Janeiro.

4.4 **Etapa 4: Analisar as habilidades a serem desenvolvidas**

Ao analisar-se detalhadamente as regras estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), identificamos competências do ensino fundamental em língua portuguesa, matemática, história, geografia, artes e educação física, que tratam sobre as leis e diretrizes dos Direitos Humanos.

Já no ensino médio, existem competências específicas em ciências humanas e sociais que visam desenvolver habilidades e sugerem a aplicação de duas competências fundamentais. São elas: a) EM13CHS501: Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade; b) EM13CHS502: Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os direitos humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais. A ideia é de que ambas sejam estimuladas como resultado desse trabalho de pesquisa como pilares da capacitação social dos jovens trabalhadores dos sinais de trânsito.

> É hora de vincular mais estreitamente a educação para a cidadania e para a solidariedade à construção de saberes e de competências. A educação para a cidadania não é uma cura para a alma ou um apelo aos bons sentimentos durante uma hora por

> semana, enquanto, para o restante, "cumpre-se o programa". Ela não tem nenhuma chance se não estiver no cerne do programa, ligada ao conjunto de competências e de saberes. (PERRENOUD, 2005, p.82)

Além das habilidades relacionadas à formação em direitos humanos citadas acima, após análise dos resultados das entrevistas com o terceiro setor sobre o tema em questão, percebeu-se a necessidade de aprimoramento em outras habilidades definidas na BNCC como complementação a capacitação social sugerida por esse trabalho de pesquisa conforme abaixo:
Língua Portuguesa:

- (EF15LP05): Planejamento de texto
- (EF15LP13): Relato oral/Registro formal e informal

Artes

- (EF15AR05): Processos de criação

Matemática

- (EF01MA08): Problemas envolvendo diferentes significados da adição e da subtração

Geografia

- (EF01GE11): Condições de vida nos lugares de vivência
- (EF01GE07): Diferentes tipos de trabalho existentes no seu dia a dia.

História

- (EF01HI03): As diferentes formas de organização da família e da comunidade

Educação Física

- (EF12EF03) Planejar e utilizar estratégias para resolver desafios
- (EF12EF05) Experimentar e fruir, prezando pelo trabalho coletivo e pelo protagonismo
- (EF12EF07) Experimentar, fruir e identificar diferentes elementos básicos da ginástica como por exemplo acrobacias, com e sem materiais)

As habilidades acima foram confirmadas nas conversas com os especialistas do grupo focal, formado por 5 membros (o pesquisador principal e facilitador, a fundadora da ONG Lona Protetora, a coordenadora do projeto “nenhum a menos” da ONG Redes da Maré e a coordenadora da Lona Cultural da ONG Redes da Maré e a pedagoga da ONG Redes da Maré) além de corroboradas pelos resultados de várias pesquisas de campo analisadas durante a revisão bibliográfica. Dentre elas podemos destacar Marques (2001) com relação às estratégias de comunicação utilizadas pelos pequenos trabalhadores:

> O uso de brincadeiras e piadas para divertir os clientes, a adoção de uma postura respeitosa e educada com os fregueses, a queixa de falta de alimentos em casa ou de outras necessidades enfrentadas pela família, a construção de frases ou rimas para valorizar a mercadoria, o apelo à piedade dos fregueses e a prática da insistência como

> tática de tentar vencer o freguês quando ele resiste em comprar o produto, até leva-lo ao convencimento (MARQUES, 2001, p.54)

Notou-se que, apesar da informalidade da comunicação, são necessárias técnicas que convençam o público alvo a adquirir suas mercadorias ou serviços

4.5 **Etapa 5: Elaborar método de tecnologia social**

Se faz importante relembrar e reforçar a definição de tecnologia social, antes de detalhar o produto desenvolvido por esse trabalho de pesquisa:

Segundo Christopoulos (2011), professora que estuda o tema há mais de 17 anos, tecnologia social pode ser definida como um método ou instrumento capaz de solucionar algum tipo de problema social e que atenda aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e geração de impacto social. Esse tipo de tecnologia se origina de um processo de inovação resultante do conhecimento criado coletivamente pelos atores interessados no seu emprego. Em um contexto político e social em que emergem interesses na elaboração de políticas sociais inclusivas, os processos, técnicas e metodologias desenvolvidos na interação com a população representam uma alternativa para facilitar a inclusão social e a melhoria na qualidade de vida.

De acordo com Certeau (2014), as atividades culturais não necessariamente precisam ser assinadas por grandes artistas, mas sim simbolizadas pelos artistas não-formais e reconhecidas pelo público que estão dispostos a pagar pelo produtos-espetáculos onde então se percebe uma economia produtivista, que se universaliza.

Durante o trabalho de pesquisa, foi elaborado um método baseado em tecnologia social, validado pelo grupo focal, a ser aplicado através de projeto piloto aos jovens trabalhadores nos sinais de trânsito e afins, com o objetivo de capacitá-los como artistas circenses de malabares, tendo sido utilizados como insumos os dados capturados e analisados nas etapas anteriores. Os pilares desse método baseiam-se em resiliência, honestidade e disciplina. Durante o processo de capacitação, seriam abordados os grupos de temas a seguir:

1. Construindo vínculos e integridade
2. Desenvolvendo times colaborativos
3. Identificando o potencial individual e coletivo
4. Praticando habilidades de malabares
5. Cuidando da aparência
6. Comunicando de forma efetiva
7. Aprendendo finanças pessoais

8. Monitorando e aprendendo com os erros
9. Celebrando o sucesso
10. Contribuindo para a transformação coletiva

Esses grupos de temas dialogariam com competências e habilidades definidas na BNCC, a fim de manter consistência com a educação formal. Vejamos a seguir:

- Componente Curricular: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Habilidades desenvolvidas:

(EM13CHS501) Analisar e experimentar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade

(EM13CHS502): Analisar e experimentar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os direitos humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais

Temas associados:

- Construindo vínculos e integridade
- Desenvolvendo times colaborativos
- Monitorando e aprendendo com os erros
- Celebrando o sucesso
- Contribuindo para a transformação coletiva

- Componente Curricular: Interdisciplinaridade – Língua Portuguesa

Habilidades desenvolvidas:

(EF15LP05) Planejar, com a ajuda do educador, o texto que será produzido, considerando a situação comunicativa, os interlocutores (quem escreve/para quem escreve); a finalidade ou o propósito (escrever para quê);

(EF15LP13) Identificar finalidades da interação oral em diferentes contextos comunicativos. (solicitar informações, apresentar opiniões, informar, relatar experiências etc.).

Temas associados:

- Identificando o potencial individual e coletivo
- Cuidando da aparência
- Comunicando de forma efetiva

- Monitorando e aprendendo com os erros

- Componente Curricular: Interdisciplinaridade – Artes

Habilidades desenvolvidas:

(EF15AR05) Experimentar a criação em artes visuais de modo individual, coletivo e colaborativo, explorando diferentes espaços do local de aprendizagem e da comunidade.

(EF15AR26) Explorar diferentes tecnologias e recursos digitais (multimeios, animações, jogos eletrônicos, gravações em áudio e vídeo, fotografia, softwares etc.) nos processos de criação artística

Temas associados:

- Praticando habilidades de malabares
- Cuidando da aparência
- Comunicando de forma efetiva
- Monitorando e aprendendo com os erros

- Componente Curricular: Interdisciplinaridade – Matemática

Habilidades desenvolvidas:

(EF01MA08) Resolver e elaborar problemas de adição e de subtração, (...) com os significados de juntar, acrescentar, separar e retirar, utilizando estratégias e formas de registro pessoais.

(EF01MA22) Coleta e organização de informações. Registros pessoais para comunicação de informações coletadas.

Temas associados:

- Identificando o potencial individual e coletivo
- Aprendendo finanças pessoais
- Monitorando e aprendendo com os erros

- Componente Curricular: Interdisciplinaridade – Geografia

Habilidades desenvolvidas:

(EF01GE11) Condições de vida nos lugares de vivência: Associar mudanças de vestuário e hábitos ... em sua comunidade (...)

(EF01GE07) Diferentes tipos de trabalho existentes no seu dia a dia. Descrever atividades de trabalho relacionadas com o dia a dia da sua comunidade

Temas associados:

- Identificando o potencial individual e coletivo

- Cuidando da aparência
- Contribuindo para a transformação coletiva

- Componente Curricular: Interdisciplinaridade – História

Habilidades desenvolvidas:

(EF01HI03) As diferentes formas de organização da família e da comunidade: os vínculos pessoais e as relações de amizade. Descrever e distinguir os seus papéis e responsabilidades relacionados à família, à escola e à comunidade

Temas associados:

- Construindo vínculos e integridade
- Desenvolvendo times colaborativos
- Identificando o potencial individual e coletivo
- Monitorando e aprendendo com os erros
- Celebrando o sucesso
- Contribuindo para a transformação coletiva

- Componente Curricular: Interdisciplinaridade - Educação Física

Habilidades desenvolvidas:

(EF12EF03) Planejar e utilizar estratégias para resolver desafios

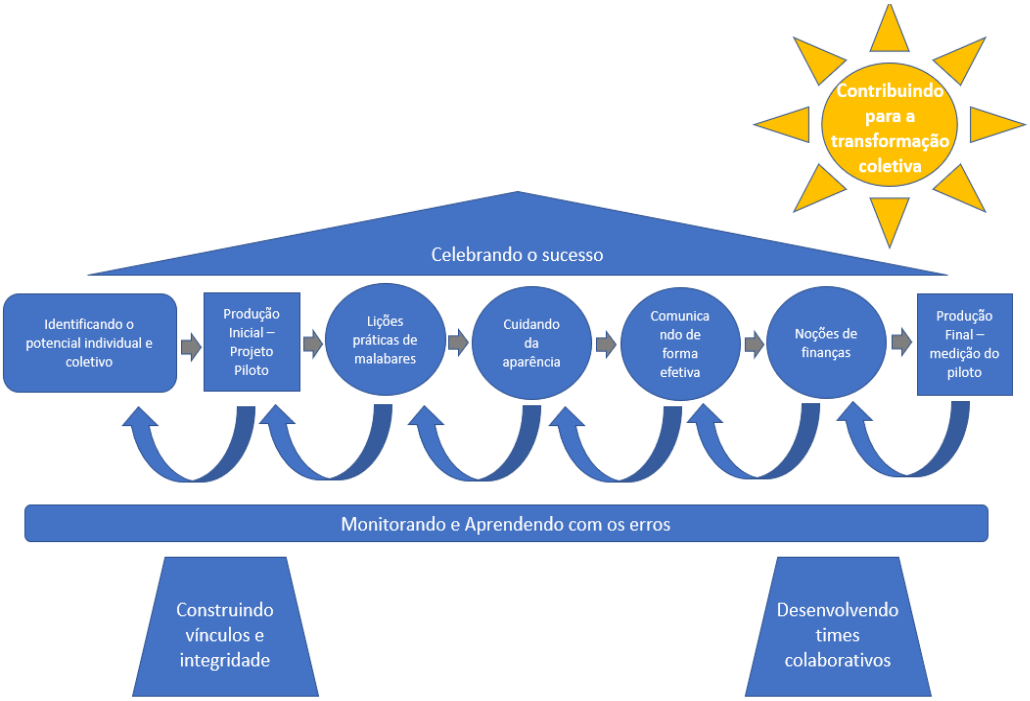
(EF12EF05) Experimentar e fruir, prezando pelo trabalho coletivo e pelo protagonismo

(EF12EF07) Experimentar, fruir e identificar diferentes elementos básicos da ginástica como por exemplo acrobacias, com e sem materiais)

Temas associados:

- Desenvolvendo times colaborativos
- Praticando habilidades de malabares
- Monitorando e aprendendo com os erros
- Celebrando o sucesso

Figura 3: A construção coletiva



Fonte: autoria própria

4.6 Etapa 6: Avaliar a aderência e o conteúdo do método desenvolvido

A vida que já era difícil para uma população que vive em situação de pobreza, se tornou ainda mais dramática com a chegada da pandemia de Covid19, no começo de 2020, e que perdura até os presentes dias. Se faz necessário encontrar formas e meios tecnológicos para aplicação do projeto desenvolvido por essa pesquisa de forma virtual / online em um grupo que vive em situação de extrema dificuldade. O desafio maior em tempos de Covid, requer que novas formas de tecnologia sejam usadas para a educação não escolar em locais de baixíssima infraestrutura e limitado acesso a redes de internet. Durante as entrevistas feitas junto ao terceiro setor (vide quadro 6 abaixo), que vivem e trabalham em algumas comunidades onde desejamos aplicar o novo método, foi informado que a grande maioria das famílias possui apenas um telefone celular com limitados recursos e espaço, além de acesso à internet por créditos pré-pagos, onde em geral, os filhos podem utilizar os telefones somente a noite, período em que os pais geralmente estão entretidos com programações na televisão. Esse é o melhor período para oferecermos o método de forma virtual. Outra opção seria o uso de espaço coletivo, como por exemplo, salas de associação de moradores ou qualquer outro espaço cedido por ONGs estabelecidas nas comunidades.

Segundo Nolasco-Silva (2019), em estudo encomendado pela Internet.org, a unidade de inteligência da revista *The Economist*, e publicado em abril de 2017, a internet ainda é artigo

de luxo no Brasil, que aparece como um dos dez países do mundo com maior número de pessoas desconectadas. No total, 70,5 milhões de brasileiros estão *offline.* Isto é, não possuem acesso à internet, seja por meio de banda larga fixa ou móvel. Isso corresponde a cerca de 35% da população brasileira. Por outro lado, um outro estudo (Uso de Internet e de Jogos Eletrônicos entre Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Social), segundo Nolasco-Silva, evidenciou que o domínio de ferramentas digitais pode ser importante via de inclusão social. O presente estudo visou investigar o uso que 60 adolescentes em situação de vulnerabilidade social, da internet e de jogos eletrônicos. Procurou-se caracterizar tipo de atividade, frequência, duração, companhia, local, finalidade, incluindo dificuldades encontradas no manejo da rede. Com base nos dados levantados por Nolasco-Silva (2019), a maioria dos adolescentes entrevistados está na escola, usa internet e jogos eletrônicos, interagindo com amigos e familiares, principalmente para comunicação e entretenimento. Os participantes relataram que aprenderam a usar sozinhos, ou seja, seriam auto didatas, o que, em tese, auxiliaria em uma futura necessidade de capacitação profissional de forma virtual.

Dado o paradoxo ilustrado nos dois parágrafos anteriores, concluiu-se, com a avaliação do grupo focal, ser necessário um método interdisciplinar, flexível, inclusivo e híbrido de ensino em espaços não escolares, que se confirmou após análise dos dados coletados em entrevistas com o terceiro setor (vide etapa 4.3 dessa pesquisa).

4.7 **Etapa 7: Planejar e aprovar projeto piloto**

Esse projeto de pesquisa estabeleceu parceria com as ONG Lona Protetora para aplicação do piloto conforme abaixo. Vale lembrar que a aplicação do projeto piloto e avaliação dos resultados ficou fora do escopo desse trabalho de pesquisa, devido a restrições impostas pela pandemia do Covid19 além de necessidade de recursos financeiros para viabilização do mesmo, dentre outras considerações.

Quadro 6: Planejamento do projeto piloto

Período	3 a 4 meses
Quantidade de participantes a serem capacitados monitores e novos agentes de mudança	3 a 4
Facilitadores / Treinadores	2 a 3
Coordenadores	3

Objetivo	Construção de projeto de vida e linguagem circense para apresentações e geração de renda.
Idade	14 – 17 anos
Carga horária	~3 horas diarias, duas a três vezes por semana
Horário	Flexivel
Forma	Virtual (online) para aulas teóricas e híbrido na lona para aulas práticas e oficinas

Fonte: Autoria própria, 2020.

O projeto piloto, a curto prazo, buscaria a capacitação para uma atuação profissional e social de forma digna nas ruas, porém, a longo prazo, objetivaríamos construir uma trajetória para a saída das ruas, que seguramente se trataria de um processo complexo, já que a ligação e o sentimento de pertencer ao mundo da rua são comportamentos importantes do sistema identitário desses jovens. A saída da rua, portanto, segundo Rizzini (2003), representaria modificações nesse sistema, implicando, para os jovens, em inúmeros desafios e questionamentos. A ligação dessas pessoas com a rua é real e deve ser rompida, ao menos parcialmente e de forma gradual, para que se começasse, então, o processo de saída. Talvez o primeiro passo para esse rompimento fosse para que o indivíduo mudasse seu grupo de referência.

Para a facilitação e aplicação desse novo método e, com a finalidade de influenciar na mudança das referências dos jovens trabalhadores de rua, em suas trajetórias de transformação dessas pessoas em “Artistas Circenses”, foi atribuído ao grupo focal o papel de mediador. Importante lembrar que os encontros só teriam continuidade se eles se produzissem em ambiente de confiança, ou seja, quando o indivíduo estivesse em uma situação de receptividade.

Para que se definisse esse bom momento, seria fundamental que essas pessoas entendessem o preço que iriam pagar se continuassem na rua na mesma situação em que se encontram, sem perspectivas, em contraste com o que perderiam por deixar a rua e investissem em educação social e profissional durante um período. Essa capacidade de imaginar um futuro diferente e, que seja ao mesmo tempo real, poderia ser o divisor de águas para a decisão de embarcar ou não na jornada. A saída da rua não poderia estar vinculada apenas à uma perspectiva da volta para a casa. O jovem que trabalha na rua, aspira a um *status* de adultos com independência social e econômica. Eles aspiram a reconstituição de seu lugar no mundo.

A sociedade, por outro lado, precisaria estar sensível e aberta a entender a necessidade de curtíssimo prazo desse grupo que vive em situação de vulnerabilidade, para que o empreendimento social fosse viável.

O grupo focal identificou os seguintes desafios que precisariam ser superados para que fosse possível a execução do projeto piloto:

- Como suprir a necessidade imediata? Como gerar renda? Crianças e/ou adolescentes vendendo picolés nas ruas ganham em média R$ 70 dia;
- Como mobilizar os monitores / agentes de mudança? Precisamos remunerá-los para valorização da atividade de Artista Circense gerando interesse dos demais alunos;
- Como ter motivação para estudar com infraestrutura precária (Pior Índice de Desenvolvimento Humano – IDH - da Maré): um telefone celular de baixa capacidade com sinal precário de internet para toda a família disponível apenas por volta das 20:00 hs (no horário das novelas ou programas religiosos);
- Como acomodar as restrições para o trabalho corporal dada a limitação do espaço físico em suas residências?
- Como se inscrever no projeto e conseguir aprovação formal da família através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)?
- Como superar a timidez e a falta de habilidade de comunicar diante da câmera nas aulas online?
- Como construir um caminho para ingresso no programa aprendiz legal?
- Como conseguir dialogar com o que se tem dificuldade e expandir relacionamentos?
- Como estabelecer / fortalecer o vínculo escolar?

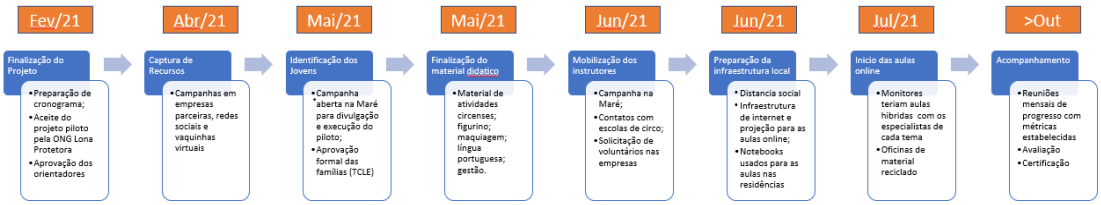
Esse projeto piloto se daria através da capacitação de agentes de mudança que serviriam de inspiração para os demais moradores da comunidade em que vivem.

Selecionaríamos jovens entre 14 e 17 anos, para que não houvesse conflito com relação à legislação e às políticas públicas de trabalho infantil vigentes. Para reforçar a escolha dessa faixa etária, Rizzini (2003) constatou em seus estudos, resultados esses atestados pelas entrevistas com a ONGS, que 17 anos é a idade em que a “criança de rua” começa a ver esse espaço como um beco sem saída. Quanto menor o porte físico ou a idade do pequeno trabalhador maior a probabilidade de ele vender seu produto ou serviço ou de conseguir algum tipo de ajuda das pessoas. Com o avanço da idade e do porte físico, esse adolescente passa a se parecer cada vez mais com um adulto, por conseguinte, se torna visível e atrai a atenção das forças de repressão e dos usuários habituais da rua. Essa visibilidade é basicamente produzida

por uma estigmatização nova do jovem que se tornou adulto. Trata-se de uma visibilidade produzida pela ideia do marginal. O jovem torna-se então, receptivo a um discurso evocando o abandono da rua como modo de vida, para que fuja de rótulos e preconceitos ainda maiores.

Vejamos abaixo o cronograma e o orçamento sugeridos para implementação do projeto piloto:

Figura 4: Cronograma do projeto piloto



Fonte: Autoria própria, 2020.

Quadro 7: Orçamento para primeira fase do projeto piloto

O que precisamos	**Valor estimado Mês**	**Meses**	**Quantidade de participantes**	**Total**
Bolsa Auxílio Artista Jr (*)	300	3	6	5,400
Cesta básica	100	3	6	1,800
Bolsa incentivo ao Jovem Artista de Circo (**)	150	2	2	600
Ajuda de custo coordenação do projeto	450	3	1	1,350
Total				9,150
Fundo de reserva de contingência (10%)				915
Total + Fundo de Reserva				**10,065**

Fonte: Autoria própria, 2020.

(*) Bolsa Auxílio Artista Jr consiste em suprir necessidades imediatas com alimentação, locomoção, internet e para incentivo à nova profissão de malabares. Sugerimos um valor equivalente ao auxílio emergencial de BRL 300,00 oferecido pelo Governo Federal durante a pandemia

(**) Bolsa Incentivo ao Jovem Artista de Circo consiste em reconhecer e valorizar a "profissão" do Jovem Aprendiz. Fica a critério de cada Monitor "Jovem Aprendiz" abrir mão ou não de sua bolsa de incentivo, ou seja, trabalhando de forma voluntaria ao projeto

(***) Caso o projeto piloto apresente os resultados esperados, teria então início da segunda fase do projeto , no segundo semestre de 2021, onde esses 4 jovens capacitados seriam os novos monitores a multiplicarem seus conhecimentos adquiridos dentro da comunidade, ainda com o recebimento de Bolsa Auxilio Artista (*) + incentivo ao Jovem Artista de Circo (**). Provavelmente ainda acompanhados pelos monitores anteriores mais experientes, até que tornem autônomos para dar continuidade ao programa, sendo acompanhados de tempos em tempos pela equipe coordenadora do Projeto.

(****) Em uma terceira a fase a ideia é que esse projeto construa uma ponte para o programa Aprendiz Legal para inserção desses jovens do mundo do trabalho formal

Ao final, o que se objetiva é enxergar a mesma figura ilustrada em nosso problema de pesquisa, não mais como um pedinte, mas sim como um ARTISTA.

Figura 5: Malabarista ou pedinte?



Fonte: google.com

5 CONCLUSÃO

Apesar dos mitos sobre as crianças e os adolescentes em situação de rua, sabemos que eles estabelecem suas redes próprias de afetividade e de amizade. A maioria tem pais ou parentes e estabelece contato efetivo, ainda que esporádico, com as pessoas que consideram sua família. Ao saírem de casa, as crianças e os adolescentes continuam buscando e formando elos afetivos. Porém, a instabilidade das suas relações nos espaços onde circulam tem grande impacto em suas vidas podem prejudicar o seu crescimento em diversos sentidos.

Considerando os diversos estudos que reforçam a importância da erradicação do trabalho infantil nas ruas e as políticas públicas relacionadas, principalmente aquelas que tratam dos direitos humanos, não foram encontradas evidências de uma sólida conexão entre esses dois temas que comprovem que as políticas públicas atuais sejam suficientes para a retirada sustentável dos trabalhadores infantis das ruas. A maior parte das produções encontradas dedicam-se a análises demográficas, econômicas e legais, sem discutir profundamente aspectos simbólicos e culturais presentes no debate proposto por esse trabalho de pesquisa.

Talvez, estar e trabalhar na rua não seja o maior problema para esses jovens, mas sim a condição precária em que eles se encontram. Possivelmente continuar na rua possa ser até mesmo a solução mais adequada a curto prazo, podendo, inclusive, significar a possibilidade de refazer os laços tanto para o desenvolvimento pessoal quanto para as redes de desenvolvimento das comunidades em que vivem, encontrando solidariedade.

Retornando às perguntas iniciais que geraram a inquietação do problema explorado por essa pesquisa: podemos mudar os indivíduos? O trabalho infantil através da arte seria sustentável com geração de renda e progresso de forma contínua? Os jovens realmente acreditam nisso? Como mantê-los engajados assumindo que nem tudo funcionará como planejamos? Seria utópico imaginarmos que a formação em artistas malabares circenses proveria profissão para todos esses jovens, e não é esse o objetivo principal dessa pesquisa, mas sim proporcionar, através de uma intervenção educativa, onde o circo é o caminho viabilizador, os valores que o circo poderia trazer, não apenas de cunho profissionalizante na busca do primeiro emprego formal mas, principalmente, em uma perspectiva de inclusão social e progressão na vida acadêmica formal, para que se alcançasse a saída definitiva das ruas de forma sustentável, onde os mediadores seriam os “padrinhos” que acompanhariam a evolução desses jovens, atestando as competências adquiridas através do currículo oculto, servindo como referência para esses indivíduos na busca do emprego formal, quiçá amparados pelo programa aprendiz legal. Esses primeiros jovens a passarem por esse processo de formação, serviriam

como exemplo de sucesso aos demais. Importante reconhecer que nem tudo dará certo; de que "perderemos" alguns durante essa jornada; de que outros perseverarão e aprenderão com os erros, caindo e se reerguendo. Entretanto, com a certeza de que algo de concreto e tangível está sendo realizado. Essa esperança de poder fazer algo que realmente mude o rumo das vidas de algumas dessas pessoas, mesmo que poucas, mexeu comigo enquanto cidadão me imputando uma energia de poder contribuir para o senso de pertencimento necessário para esse grupo.

A fim de propormos mudanças estruturantes para os adolescentes trabalhadores dos sinais de trânsito, do ponto de vista dos direitos humanos, é importante estar atento ao fato de que falar, ensinar e praticar direitos humanos impõe o fortalecimento da identidade e da cultura local, possibilitando aos indivíduos que compreendam a si mesmos, ao próximo e ao mundo em que vivem. O empreender das camadas populares, talvez esteja relacionado aos vínculos sociais possíveis e, quiçá esse seja o primeiro direito humano a ser provocado: o direito ao vínculo social, solidário, identitário e colaborativo.

Diante do estudo realizado por essa pesquisa, notamos haver perda significativa na vida dessas crianças e adolescentes, tanto pelo aspecto lúdico quanto na formação escolar necessária à emancipação desses sujeitos. Pensar o desenvolvimento desses indivíduos também implica pensar como educar, seja através do incentivo à educação escolar ou também com a utilização da educação não escolar como complemento dessa lacuna, para fortalecimento das habilidades necessárias exigidas por um currículo formal acadêmico, mas, principalmente, para a constituição de habilidades sociais.

Por fim, não menos importante salientar a relevância de uma comunicação abrangente, sem vícios ou vieses, para que projetos como o que propomos através desse trabalho de pesquisa ganhem espaço nas mídias, sejam elas quais forem, e alcancem a maior quantidade de pessoas possíveis, para que haja uma mobilização da sociedade, para que transforme a forma de pensar da classe mais privilegiada socialmente e economicamente e para que abracem e pratiquem direitos humanos, fazendo com que as leis e diretrizes existentes sejam realmente significativas para os mais vulneráveis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda vivemos hoje em uma realidade de estagnação que exige soluções imediatas e ajustes futuros das diretrizes de forma que as políticas assistenciais não entrem em conflito com as políticas de enfrentamento ao trabalho infantil.

Essa pesquisa de forma alguma entrou em conflito com preceitos éticos e morais que regem, ou pelo menos deveriam, nossa sociedade. Além do amparo legal que buscamos através da vasta literatura analisada nessa pesquisa, queríamos confrontar o *status quo* e endereçar uma solução que se adequasse à necessidade imediata da população vulnerável, objeto desse estudo.

Durante esse trabalho, foram obtidos resultados relevantes como um melhor entendimento sobre as dificuldades e fortalezas vividas pelos adolescentes trabalhadores nos sinais de trânsito. Não foi possível identificar, entretanto, através da revisão sistemática de artigos científicos estado da arte, das leis e diretrizes pesquisados nessa dissertação, evidencias satisfatórias que comprovem que as políticas públicas atuais sejam suficientes para a retirada sustentável dos trabalhadores infantis das ruas, conclusão essa corroborada pelos especialistas do terceiro setor que foram entrevistados. Com as contribuições de alguns desses especialistas, foi elaborado método baseado em tecnologia social que dialogou com as principais competências e habilidades definidas pela BNCC, necessárias para a formação social e profissional de artista de malabares que estamos buscando, para capacitação “nas ruas”, ou seja, possibilitando que esses indivíduos tenham maior visibilidade social e respeito da sociedade, deixando de ser vistos como “pedintes” e passando a ser tratados como “artistas”, para que possam crescer em autoestima em busca de sua emancipação.

Por fim, planejamos um projeto piloto, com utilização do arcabouço metodológico da pesquisa-ação, apoiado pelo do grupo focal estabelecido durante a pesquisa, para aplicação do método desenvolvido, nas comunidades onde foram mapeados jovens com o perfil pesquisado, ou seja, em ambientes não escolares, como forma de complementação da formação escolar. Vale reforçar mais uma vez que a aplicação do projeto piloto esteve fora do escopo desse trabalho de pesquisa. Após aplicação do projeto piloto, o grupo focal se comprometeria a acompanhar regularmente os agentes de mudança que foram capacitados, para aferição e revisão contínua dos resultados obtidos. As competências e habilidades adquiridas, embasadas pela BNCC, seriam então registradas no currículo oculto de cada cidadão a ser elaborado sob supervisão do grupo focal.

Na segunda fase do projeto, a ideia seria de expandi-lo para uma fatia bem mais relevante de jovens de diversas comunidades, já mapeadas durante as entrevistas com as ONGs,

sendo essas pessoas, capacitadas pelos novos agentes de mudança (mediadores), ainda sob supervisão do grupo focal coordenador, até que alcançassem a autonomia para prosseguir sozinhos. Para esta nova fase, seria necessário recursos financeiros adicionais através de parceiras com entidades privadas, pessoas físicas ou iniciativas do terceiro setor. Por fim, em uma perspectiva de longo prazo, assumindo que se atingisse o objetivo proposto inicialmente, multiplicaríamos a didática introduzida por essa pesquisa com utilização de espaços itinerantes através de incentivos fiscais ou patrocínios, criando escala nacional sustentável.

Um grande desafio que encontramos durante o estudo foi principalmente o de termos que desviar, mesmo que momentaneamente, do tema principal sobre a retirada das crianças e adolescente da rua sem oferecer-lhes um propósito. De que vale um direito humano, para uma população sem direitos? Se faz necessário buscar uma solução compatível a realidade imediata. Transformações estruturais requerem tempo e frustram quando expectativas geradas por discursos, documentos e promessas não se materializam. O enfrentamento seguirá, e a semente deve ser plantada já, para gerar confiança em busca da transformação da consciência coletiva, uma vez que “ninguém nasce pronto e acabado como ser humano... ao contrário, morremos inacabados”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação,* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALBERTO, Maria de Fátima Pereira, SANTOS, Denise Pereira dos. *Trabalho infantil e desenvolvimento: Reflexões à luz de Vigotski*, - Maringá: Psicologia em Estudo, v. 16, n. 2, p. 209-218, abr./jun. 2011

ALBERTO, Maria de Fátima Pereira, YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. *Quando a Educação Não é Solução: Política de Enfrentamento ao Trabalho Infantil*, - Ribeirão Preto: Trends in Psychology / Temas em Psicologia, Vol. 25, nº 4, 1677-1691, 2017

ANDRADE, Marcelo, CANDAU Vera, et al. *Educação em Direitos Humanos e formação de professores (as)* – 1ª ed., São Paulo: Cortez, 2013.

BAJAJ, M. *Schooling for Social Change: The Rise and Impact of Human Rights Education in India.* New York: Continuum, 2011.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011

BAUMAN, Zygmunt. *A riqueza de poucos beneficia todos nós*? Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *Sobre Educação e Juventude*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BOOTH, Wayne C, COLOMB, Gregory G, WILLIAMS, Joseph M. *A arte da pesquisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BRASIL, Constituição (1988), *Artigos 1º, 4º, 6º, 205 e 227 da Constituição da República Federativa do Brasil* : texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais de revisão nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL, Lei Federal 8.069 (1990), *Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).* Rio de Janeiro: Cedeca, 2017

BRASIL, Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília, 2018.

BRASIL, Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília*: MEC; SEB; DICEI, 2013.

BRASIL, Ministério do Trabalho e do Emprego. Portaria Ministerial n.397. *Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)*, 2002.

BRASIL, Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador. *Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador*. Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. – 2. ed. – Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011

BRASIL, Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. *Resolução número 510* – Brasília, 2016.

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos, Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos* – Brasília, 2018

BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais* – Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

BREDA, K. M. L. *O que é antigo também é novo – pesquisa participativa ativa*. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, Jan-Mar; 24(1): 7-8, 2015

BRITO FILHO, José Claúdio Monteiro de. *Ações afirmativas*. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2014.

BUSCARIOLLI, Bruno, CARNEIRO, Adele de Toledo, SANTOS, Eliane. *Artistas de rua: trabalhadores ou pedintes?* Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 18, n. 37, pp. 879-898, set/dez 2016. http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3713

CÂMARA, S. G. *Compromisso, participação, poder e fortalecimento comunitário: à procura de um lugar no mundo.* In M. Dimenstein (Ed.), Psicologia Social Comunitária: aportes teóricos e metodológicos (pp. 43-58). Natal: EDUFRN, 2008.

CAMPOS, Fernanda C. A; SANTORO, Flávia Maria; BORGES, Marcos R. S.; SANTOS, Neide. *Cooperação e aprendizagem on-line*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

CAMPOS, Túlio, MARQUES, Walter Ernesto Ude. *Exploração do trabalho infantil, espaço urbano e sinais de trânsito: tensões entre ser criança e ter que trabalhar*. Revista Pedagógica – Unochapecó, Chapecó: - Ano 12 - n. 24 - jan./jun. 2010

CAMPOS, Túlio, MARQUES, Walter Ernesto Ude, DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira. *A cidade e seus sinais: A construção de uma pesquisa com as crianças dos malabares*. Licere, Belo Horizonte: v.14, n.2, jun/2011

CAMPOS, Túlio. *Pequenos trabalhadores nos sinais e suas experiências no cotidiano da rua: entre o "espetáculo" do malabares, às brincadeiras, os riscos e as tensões do trabalho explorado*, 145 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Belo Horizonte, 2010.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. *Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos*, Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 715-726, jul.-set. 2012

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer*, 22ª ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CHRISTOPOULOS, Tania. *Tecnologias sociais.* Rev. adm. empres., São Paulo, v. 51, n. 1, p. 109, fev.2011. https://doi.org/10.1590/S0034-75902011000100011.

CONDE, Soraya Franzoni. *As medidas de enfrentamento à exploração do trabalho infantil no Brasil: forças em luta*, - Florianópolis: R. Katálysis, v. 16, n. 2, p. 241-247, 2013.

COSTA, Daiane, SANTOS, Ana Carolina. *Só em um dia, prefeitura identifica perto de 800 casos de trabalho infantil nas ruas do Rio.* O Globo, Rio de Janeiro: 12/06/2018, economia, https://oglobo.globo.com/economia/so-em-um-dia-prefeitura-identifica-perto-de-800-casos-de-trabalho-infantil-nas-ruas-do-rio-22771105, acesso em 28/02/2020

CRUZ, Fábio Souza, MOURA, Marcelo Oliveira. *Os Direitos Humanos como Produto: reflexões sobre a informação e a cultura da mídia*, Florianópolis: Seqüência, n. 65, p. 79-102, dez. 2012

DALL'IGNA Ecker, D. *Crianças em situação de rua: malabares da exclusão. Ciências Psicológicas*, Montevidéu, URY: 11(2),139-148, 2017. https://doi.org/10.22235/cp.v11i2.1483

DAZZANI, Maria Virgínia Machado. *A Psicologia Escolar e a Educação Inclusiva: Uma Leitura Crítica*, Brasília; Psicologia Ciência e Profissão, 30 (2), 362-375, 2010.

DAUMAS, Vinicius. Entrevista realizada por telefone referente a pesquisa de mestrado sobre *"invisibilidade" das crianças malabaristas dos sinais de trânsito*, Rio de Janeiro, 2 Fev.2021.

DOLZ, J, NOVERRAZ, M, SCHNEUWLY, B. *Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento*‖. In: DOLZ, J; SCHNEUWLY, B; e colaboradores. Gêneros orais e escritos na escola. Tradução e organização de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2011.

FERRARI, Ana Claudia, ROCHA, Rafael, LISBOA, Robson. *Educação no Século 21: Tendências, ferramentas e projetos para inspirar*, São Paulo: Smartlab / Editora Moderna, 2016.

FONSECA, Vitor da. *Desenvolvimento Cognitivo e Processo de Ensino-Aprendizagem: abordagem psicopedagógica à luz de Vigotsky*. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação; uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.* - São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 59ª ed – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FUHRMANN, Nadia, PAULO, Fernanda dos Santos. *A Formação de Educadores na Educação Não Formal*, Campinas: Educação & Sociedade, v. 35, n. 127, p. 551-566, abr.-jun. 2014

GENTILI, Pablo, ALENCAR, Chico. *Educar na Esperança em tempos de desencanto*, Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GERMANO, Idilva Maria Pires, COLAÇO, Veriana de Fátima Rodrigues. *Abrindo caminho para o futuro: redes de apoio social e resiliência em autobiografias de jovens socioeconomicamente vulneráveis*, Rio de Janeiro: Estudos de Psicologia, 17(3), 381-387, setembro-dezembro/2012.

GIORDAN, M.; GUIMARÃES, Y. A. F.; MASSI, L. *Uma análise das abordagens investigativas de trabalhos sobre sequências didáticas: tendências no ensino de ciências*. In: VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – VIII ENPEC. Atas... Campinas, 2011, disponível em http://abrapecnet.org.br/atas_enpec/viiienpec/resumos/R0875-3.pdf Acesso: 28/05/2019

GOLEMAN, Daniel, SENGE, Peter. *O Foco Triplo: Uma abordagem para a educação*, Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

GUIMARÃES, Y A. F.; GIORDAN, M. *Elementos para Validação de Sequências Didáticas*. In: IX Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em 115 Ciências – IX ENPEC. Atas... Águas de Lindóia, SP – 10 a 14 de novembro de 2013. Disponível em: http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/ixenpec/atas/resumos/R1076-1.pdfAcesso em: 20/03/2019.

HARARI, Yuval Noah. *21 lições para o século 21*, São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FLORES, Joaquín Herrera. *Direitos Humanos, Interculturalidade, e Racionalidade de Resistência.* In: WOLKMER, Antônio Carlos. Direitos Humanos e Filosofia Jurídica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).* 2014

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).* 2015

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Síntese de Indicadores*. 2015

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Notas Metodológicas. Pesquisa Básica*. 2015

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA - IBOPE INTELIGÊNCIA, FUNDAÇÃO TELEFÔNICA (em parceria com IBOPE Inteligência), *Juventudes e Conexões*, 3ª ed. – Rede Conhecimento Social, 2018-2019

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*, São Paulo: EDUSC, 2001.

LAVILLE, Christian, DIONNE, Jean. *A Construção do Saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas,* Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999 (reimpressão 2008).

LEAL, Paulo Henrique, MONTRONE, Ainda Victoria Garcia. *Do olhar nos faróis ao convívio com malabaristas: a prática social do pedir nos semáforos*. Revista Educação e Cultura Contemporânea, Rio de Janeiro: v. 15, n. 38, 2017.

LEFRANÇOIS, Guy R. *Teorias da Aprendizagem: O que a Velha Senhora disse*, São Paulo: Cengage Learning, 2008.

LIXO Extraordinário, Direção de Lucy Walker, João Jardim e Karen Harley. Rio de Janeiro: Almega Projects O2 filmes, 2010. (100 min.).

MAGNANI, Jose Guilherme Cantor. *A Antropologia Urbana e os desafios da metrópole. Tempo Social.* Revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 81-95, 2003.

MARQUES, Joana Brás Varanda, FREITAS, Denise de. *Fatores de caracterização da educação não formal: uma revisão da literatura*, São Paulo: Educ. Pesquisa, v. 43, n. 4, p. 1087-1110, out./dez., 2017.

MARQUES, Rafael Dias. *Trabalho infantil artístico: Possibilidade e limites artísticos: possibilidades e limites*, Brasília: Rev. TST, vol. 79, no 1, jan/mar 2013

MARQUES, Walter Ernesto Ude. *Infâncias (pre) ocupadas: trabalho infantil, família e identidade*, São Paulo: Plano Editora, 2001.

MARQUES, Walter Ernesto Ude. *Pesquisa de mestrado sobre "invisibilidade" das crianças malabaristas dos sinais de trânsito* [E-mail], mensagem recebida por walterudebh@hotmail.com, em 9 Jun. 2020.

MARTINS, José de Souza. *O Massacre dos Inocentes. A Criança sem infância no Brasil*, São Paulo: Hucitec, 1993.

McCOWAN, T. *O direito humano à aprendizagem e a aprendizagem dos direitos humanos*, Educar em Revista, n. 55, p. 25-46, - Curitiba: Editora UFPR, jan/mar 2015

METODOLOGIA_CIENTIFICA.ORG , *Pesquisa da Teoria Fundamentada ou Grounded Theory*, <disponível em: https://www.metodologiacientifica.org/tipos-de-pesquisa/pesquisa-teoria-fundamentada-grounded-theory/>, Acesso em: 07/05/2020

MORAN, José, *Mudando a educação com metodologias ativas*, Coleção mídias contemporâneas - São Paulo: PROEX/UEPG, 2015.

NAÇÕES UNIDAS, *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, Artigo I, UNIC/Rio/005, janeiro 2009, (DPI/876), Unidade 2, Capítulo 2.3, p.34

NAÇÕES UNIDAS, *Declaração de Salamanca, Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*, Salamanca:1994, p.9

NAÇÕES UNIDAS BRASIL, *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, <disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>, Acesso em: 19 de Dec. de 2020

NEGRINI, Michele, AUGUSTINI, Alexandre Rossato. *O legado de Guy Debord: reflexões sobre o espetáculo a partir de sua obra*, <disponível em*:* *http://www.bocc.ubi.pt/pag/negrini-augusti-2013-legado-guy-debord.pdf*, > Acesso em: 29/05/2021

NOLASCO-SILVA, Leonardo. *Tecnodocências, a sala de aula e a invenção dos mundos*, São Paulo: Devires, 2019.

OLIVEIRA, Maria Paula M.T. de, et al. *Uso de Internet e de Jogos Eletrônicos entre Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Social.* Temas em Psicologia, São Paulo, v.25, n.3, p. 1167-1183, 2017.

OLIVEIRA, Walter F. de. *Educação social de rua: bases históricas, políticas e pedagógicas*. Rio de Janeiro: História, Ciência e Saúde – Manguinhos, v.14, n.1, p.135-158, 2007.

PERRENOUD, Philippe. *Escola e Cidadania: O Papel da Escola da formação para a democracia*, Porto Alegre: Artmed, 2005.

PIMENTA, Melissa de Mattos. *Pessoas em situação de rua em Porto Alegre: Processos de estigmatização e invisibilidade social.* Civitas, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 82-104, jan.-abr. 2019.

QUESTION PRO, *O que é um estudo transversal?* <"disponível em:" ; https://www.questionpro.com/blog/pt-br/estudo-transversal-2/.>, Acesso em: 02 de Jul. de 2020

REDE PETECA. *Chega de trabalho infantil, Os meninos coloridos e invisíveis dos faróis de São Paulo,* publicado em 22/09/2016 por Bruna Ribeiro <"disponível em:"; https://www.chegadetrabalhoinfantil.org.br/noticias/materias/os-meninos-coloridos-e-invisiveis-dos-farois-de-sao-paulo/ >, Acesso em: 18 de Dez. de 2020

RIZZINI, Irene, BARKER, Gary e CASSANIGA, Neide. *Criança não é risco, é oportunidade. Fortalecendo as bases de apoio familiares e comunitárias para crianças e adolescentes*. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária: Instituto PROMUNDO, 2000.

RIZZINI, Irene, COUTO, Renata Mena Brasil. *População infantil e adolescente nas ruas*, Porto Alegre: Civitas, v. 19, n. 1, p. 105-122, jan.-abr. 2019

RIZZINI, Irene, et al. *Crianças e adolescentes com direitos violados: situações de rua e indicadores de vulnerabilidade no Brasil Urbano*, Rio de Janeiro: PUC-Rio: CIESPI, 2010.

RIZZINI, Irene. *Vida nas ruas. Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?* Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio e São Paulo: Ed. Loyola, 2003, p.45-86.

RODRIGUES, R.G., FREITAS, V.G.G., *Reflexões sobre método de gestão para educação corporativa em tempos de pandemia – criando agentes de mudança*, Rio de Janeiro: Recite, Vol 5 n. especial, 2020, p.20-22; doi https://doi.org/10.17648/2596-058X-recite-v5esp

SACAVINO, S (Orgs.). *Educação em direitos humanos: temas, questões e propostas*. Petrópolis: DP et Alli Editora, 2008.

SALOMON, Marta. *Além da manada*. In: CANELA, Guilherme (Org.) Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

SANTOS, B.S. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Sao Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, B.S. *O fim do império cognitivo: A afirmação das epistemologias do Sul*, 1ª ed – São Paulo: Autêntica, 2019

SANTOS, Elisiane dos. *Trabalho infantil nas ruas, pobreza e discriminação: crianças invisíveis nos faróis da cidade de São Paulo*, 290 f. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, 2017.

SANTOS, Émina, *A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira*, São Paulo: Educ. Pesquisa v.45, e184961, 2019.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. *Educação não escolar como campo de práticas pedagógicas*, Brasília: Rev. bras. Estud. pedagog. (online), v. 96, n. 244, p. 561-576, set./dez.

2015. http://dx.doi.org/10.1590/S2176-6681/345513545

SILVA, Caroline Lima, SARRIERA, Jorge Castellá. *Promover a justiça social: Compromisso ético para relações comunitárias*, Belo Horizonte: Psicologia & Sociedade, 28(2), 380-386, 2015.

SILVA, Ilda Lopes Rodrigues da. *Metodologia de Ação Educativa do Projeto Meninos de Rua*, São Paulo: Amar, 2015.

TAROZZI, Massimiliano. *O que é GROUNDED THEORY? Metodologia de pesquisa e de teoria fundamentada nos dados*, Petrópolis: Vozes, 2011.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-Ação*, - 18ª ed – São Paulo: Cortez, 2011.

UNICAMP – GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA DAS ARTES CIRCENSES, *Panorama do malabarismo no Brasil*, 2011

ZABALA, A. *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 1998

ZENGER, John H, FOLKMAN, Joseph. *The Handbook for Leaders*, New York, USA, McGraw-Hill, 2004

APÊNDICE 1

Ciclo de Aprendizagem do Projeto Piloto “Adote um Artista”

